LOGICTEL S/A

Logictel

CNPJ 03.430.070/0001-78 **Certificada - ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001**

Relatório da Administração

A Administração da Logictel S/A submete à apreciação dos prezados acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Agradecemos nossos acionistas, clientes, prestadores de serviços, fornecedores e, em especial, nossos colaboradores, pelo apoio, confiança, empenho e dedicação. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e bancos	9	9
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	41.642	39.946
Contas a Receber	38.008	30.397
Impostos a compensar	2.685	2.616
Estoque	906	864
Outros ativos	1.670	1.962
	84.920	75.794
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a Receber	6.502	-
Impostos a compensar	-	125
Ativos fiscais diferidos	825	1.038
Depositos Judiciais	1.377	1.552
	8.704	2.715
Imobilizado	12.646	13.071
Intangíveis	120	127
	21.470	15.913
Total do ativo	**106.390**	**91.707**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	2.868	3.172
Obrigações trabalhistas	8.388	9.705
Obrigações tributárias	5.509	4.399
Dividendos a pagar	5.736	4.493
Outros passivos	190	159
	22.691	21.928
Não circulante		
Obrigações Tributárias	-	658
Provisão para contingências	2.444	3.069
	2.444	3.727
Total do Passivo	25.135	25.655
Patrimônio líquido		
Capital Social	15.000	15.000
Reserva Legal	3.000	3.000
Reserva de Lucros	28.080	32.877
Reserva de Contingência	43.598	23.598
Ações em Tesouraria	(8.423)	(8.423)
Total do patrimônio líquido	81.255	66.052
Total do passivo e patrimônio líquido	**106.390**	**91.707**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	34.429	27.218
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação/amortização	1.001	953
Provisão para contingências	(625)	-
Resultado na venda/baixa do ativo imobilizado e intangível	10	(26)
	34.815	28.145
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em contas a receber	(14.113)	2.855
Em impostos a compensar	269	(454)
Em instrumentos financeiros ao custo amortizado	(1.696)	(17.548)
Em outros ativos	424	(1.518)
	(15.116)	(16.664)
(Acréscimo) decréscimo de passivos		
Fornecedores	(302)	629
Em obrigações trabalhistas e encargos	(1.317)	683
Em obrigações tributárias	(1.385)	319
Em outros passivos	30	(9)
	(2.974)	1.622
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.646)	(8.279)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	7.079	4.824
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Venda de ativo imobilizado	-	59
Aquisição de ativo imobilizado	(547)	(658)
Aquisição de ativo intangível	(32)	(8)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de Investimentos	(579)	(607)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(6.500)	(4.220)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(6.500)	(4.220)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	-	(3)
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	9	12
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	9

Demonstração de Resultado em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receita líquida	130.384	118.626
Custo dos serviços prestados	(85.822)	(80.433)
Lucro bruto	44.562	38.193
Receitas (despesas)		
Comerciais	(1.437)	(1.385)
Administrativas	(13.481)	(12.931)
Outros ganhos líquidos	3	33
	(14.915)	(14.283)

Lucro antes do resultado financeiro	2023	2022
	29.647	23.910
Receita Financeira	4.953	3.741
Despesas Financeiras	(171)	(433)
Receitas financeiras, líquidas	4.782	3.308
Lucro antes dos impostos	34.429	27.218
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.483)	(9.246)
Lucro líquido do exercício	22.946	17.972
Lucro por ação (em R$ por ação)	8,83	6,91

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Contingência	Tesouraria	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**15.000**	**3.000**	**21.463**	**23.598**	**(8.423)**	**54.638**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	17.972	-	-	17.972
Destinações:						
Dividendos Sobre Saldo Acumulado	-	-	(2.065)	-	-	(2.065)
Dividendos Propostos	-	-	(4.493)	-	-	(4.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**15.000**	**3.000**	**32.877**	**23.598**	**(8.423)**	**66.052**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	22.946	-	-	22.946
Destinações:						
Dividendos Sobre Saldo Acumulado		-	(2.007)	-	-	(2.007)
Dividendos Propostos	-	-	(5.736)	-	-	(5.736)
Reserva de Contingência	-	-	(20.000)	20.000	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15.000**	**3.000**	**28.080**	**43.598**	**(8.423)**	**81.255**

Notas Explicativas

1) Contexto Operacional: A Logictel é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, pertencente ao Grupo JHG Telecom, com inicio das suas atividades em 1.999, em meio a forte tendência de terceirização dos serviços das Operadoras de Telecomunicações. Possue um portfólio completo de serviços e soluções na área de telecomunicações, abrangendo o segmento de logística de sobressalentes, laboratório de reparos, engenharia consultiva, projetos de redes e de infra estrutura, especificações técnicas, controle de qualidade, inspeção, fiscalização de obras, montagem, configuração e testes de equipamentos de centrais de transmissão, dados, voz, vídeo, etc.. Como uma empresa multi-serviços, a Logictel reforça sua competência e se diferencia pela oferta de serviços genericados às empresas de telecom e demais empresas de outros seguimentos. **2) Apresentação das Demonstrações Financeiras**: As presentes demonstrações foram preparadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicaveis às pequenas e medias empresas (NTC TG 1000-R1). As demonstrações foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2024.

Geraldo Antonio de Oliveira Marques - Diretor Presidente, **Jose Humberto Silveira -** Diretor Vice Presidente, **Alfredo Fornaciari Neto -** Contador - CRC-SP-153774/O-0

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. -

CNPJ/MF nº 05.303.439/0001-07 - NIRE 35.300.192.087

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente Fiduciário**"), vem convocar os titulares das Debêntures da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Unigel Participações S.A. ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Emissora**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A.*", celebrado em 28 de março de 2022, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aditado em 11 de abril de 2022 e em 06 de setembro de 2023 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, no dia **09 de abril de 2024, às 11:00 horas**, em Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams ("**Plataforma Digital**") nos termos do art. 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para analisar e deliberar as ORDENS DO DIA indicadas abaixo, que serão deliberadas exclusivamente pelos Debenturistas e cuja aprovação, ou não, NÃO dependerá de anuência da Emissora: **(1)** Ratificar, ou não, todas medidas tomadas pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas, no âmbito: (**i**) da execução de título extrajudicial nº 1103850-47.2023.8.26.0002, ajuizada pelo Agente Fiduciário contra a Emissora ("**Execução de Título Extrajudicial**"), e embargos à execução nº 1010537-95.2024.8.26.0002, opostos pela Emissora contra o Agente Fiduciário ("**Embargos à Execução**"), ambos em trâmite perante a 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo; (**ii**) do processo de recuperação extrajudicial nº 1174558-22.2023.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("**Recuperação Extrajudicial**"); **(2)** Deliberar sobre as medidas judiciais ou extrajudiciais que serão adotadas pelo Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, no âmbito: (**i**) Execução de Título Extrajudicial e Embargos à Execução; (**ii**) Recuperação Extrajudicial, bem como em qualquer outra ação e/ou incidente que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, venha a ajuizar; **(3)** Aprovar, ou não, a proposta de alteração da Escritura de Emissão a fim de reduzir o quórum de deliberação previsto na Cláusula 9.8, atualmente de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para maioria das Debêntures em Circulação, alterando-se assim redação da referida cláusula de "*(...) Exceto pelo disposto na Cláusula 9.8.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação*" para "*(...). Exceto pelo disposto na Cláusula 9.8.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% +1 (cinquenta por cento mais uma) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação*"; **(4)** Aprovar, ou não, a proposta de alteração da Escritura de Emissão a fim de reduzir o quórum de deliberação previsto na Cláusula 9.8.1 (ii), atualmente de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação para 50% +1 (cinquenta por cento mais um) das Debêntures em Circulação, alterando-se assim redação da referida cláusula da Escritura de Emissão para que passe de "*as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de quaisquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração das Debêntures; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures para a espécie subordinada; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; e (i) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento*" para "*as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de quaisquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração das Debêntures; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures para a espécie subordinada; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; e (i) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento*"; **(5)** Autorizar que os assessores legais contratados e o Agente Fiduciário tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações tomadas em relação aos itens (2), (3) e (4) da ordem do dia. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, enviar os documentos comprobatórios da sua representação para o Agente Fiduciário através dos e-mails agentefiduciario@vortx.com.br | claims@vortx.com.br, identificando no título a operação (AGD | Unigel), manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("**Cadastro**"). Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador: Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e (ii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. Neste último caso, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos Debenturistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos após o Cadastro, o Debenturista poderá receber, até 01 (um) Dia Útil antes da AGD, as instruções para acesso à Plataforma Digital. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 01 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciario, através do e-mail claims@vortx.com.br Na data da AGD, o *link* de acesso à **Plataforma Digital** estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Recomenda-se que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. Será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br) na rede mundial de computadores e foi publicado observando-se as condições previstas no artigo 4.18 da Escritura de Emissão. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 18 de março de 2024.

"LEILÃO EXTRAJUDICIAL"

UILIAN APARECIDO DA SILVA, Leiloeiro Oficial, Registrado na JUCESP sob n° 958, com escritório à Rua Peixoto Werneck, 330, Artur Alvim – São Paulo/SP, CEP 03568-060, Telefone (11) 2741-9515, e-mail – contato@leiloesgold.com.br, leva a conhecimento dos interessados, que realizará a PÚBLICO PREGÃO, pela rede mundial da internet, em leilão de primeira e única praça a realizar-se no dia 27/03/2024 com encerramento previsto para às 14:00 horas, que será alienado o imóvel de Matricula nº 91.541 do 2ª CRI de Mogi das Cruzes: Um terreno, com frente para Avenida Presidente Getúlio Vargas, composto pelo lote nº 06, da quadra nº 102, de propriedade da **ASSOCIAÇÃO DOS ADQUIRENTES DOS LOTES EM ARUÃ,** CNPJ nº 68.029.099/0001-98, sito à Estrada Joel Hermenegildo Barbieri - 100 – Cidade Parquelândia – Mogi das Cruzes-SP, será publicado este extrato que é parte do integral EDITAL, na forma da lei 13.303, de 30.06.2016, Decreto 21.981 de 19.10.1932, decreto 22.427 de 01.02.1933, bem como pelas normas do edital e seus anexos. O inteiro teor do edital, e seus anexos estão disponíveis no portal www.leiloesgold.com.br. Informações pelo telefone (11) 2741-9515.

"FASPAR S/A. - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES"

CNPJ (MF) Nº 01.590.442/0001-06 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas desta companhia, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no próximo dia 15 de Abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social à Rua 12 de Outubro, nº 650, sala "FASPAR", Vila Santana, na Cidade e Município de Valinhos, SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, inclusive suas Notas Explicativas, correspondentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, comparativo aos valores correspondentes às Demonstrações Contábeis do exercício anterior; **(b)** Destinação do Resultado Líquido do exercício e ratificação da distribuição de dividendos; **(c)** Eleição e/ou reeleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo biênio 2024/2026, indicados como representantes de cada Grupo Familiar de Acionistas, bem como deliberar sobre a nomeação do Presidente e Vice-Presidente para o referido biênio; **(d)** Deliberar sobre a fixação e/ou ratificação dos honorários do Conselho de Administração e da Diretoria; **(e)** Outros assuntos de interesse social.

Valinhos, SP, 14 de março de 2024.

AS) MAIRA TRIVELLATO

Presidente do Conselho de Administração

APSEN Farmacêutica S/A

CNPJ/ME nº 62.462.015/0001-29 - JUCESP/NIRE 35.300.159.632

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **APSEN Farmacêutica S/A,** ("Companhia"), nos termos do Parágrafo Único do Artigo 9º do Estatuto Social, para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 30 de abril de 2024, em primeira convocação às 13h30 e, em segunda convocação, às 14h00, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em sede de **Assembleia Geral Ordinária: (a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração, orçamento de capital, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** eleger os membros da Diretoria para o próximo triênio; e **(d)** fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria; e em sede de **Assembleia Geral Extraordinária: (e)** deliberar sobre o pagamento, aos acionistas, de juros sobre capital próprio no presente exercício social, a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024; e **(f)** consolidação do Estatuto Social. **Avisos**: **1.** A assembleia será realizada de forma mista: fisicamente, na sede da Companhia, e virtualmente, por meio da ferramenta Teams, como de costume. **2.** A administração da Companhia enviará o convite virtual para cada um dos acionistas e/ou seus representantes, por meio de e-mail. **3.** Todos os documentos, inclusive os previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76, necessários para a aprovação dos itens da ordem do dia estão à disposição no portal dos acionistas e fisicamente na sede social da Companhia. **4.** A lista de presença bem como ata da assembleia serão assinadas eletronicamente. São Paulo/SP, 18 de março de 2024. **Renato Spallicci -** Diretor Presidente.

Plajo S.A. Indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **30 de abril de 2024 às 16h00** na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 20 de março de 2024. **Vicente Baptista Bijarra** - Diretor Presidente.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658 - Companhia Aberta de Capital Autorizado - Categoria "B"

Aviso aos Acionistas

A **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia") informa aos seus acionistas, nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, que as informações e documentos relativos às matérias que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se disponíveis para acesso e consulta na sede da Companhia, localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, CEP 06900-095, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo.

Embu-Guaçu, 19 de março de 2024

Dayane de Souza Duarte - Diretora de Relações com Investidores

Cia. Agricola Forti

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83

Convocação

São convocados os Srs. Acionistas da Cia. Agricola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 20/04/2024, às 9:00 horas, em 1ª convocação, com a presença de 2/3 dos acionistas ou as 9:30 horas, em 2º convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivari-SP., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária**: **a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2023; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76. Capivari, 20/03/2024. **a.a)** Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (20,21,22)

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 91DB-6D79-3449-A371.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 91DB-6D79-3449-A371.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/91DB-6D79-3449-A371 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 91DB-6D79-3449-A371

Hash do Documento

C9B49274A7AFD5C75D9149618408575FF777613889955AE7D1620DF049117358

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 20/03/2024 00:03 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Concessionária do Bloco Central S.A.

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79

Relatório de Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionaria do Bloco Central ("Concessionária" ou "Companhia"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. **1.2. Destaques:** Em 2023, iniciou-se os investimentos da Fase 1-B, necessários para adequação das infraestruturas dos 6 aeroportos que compõem a Companhia. Tais investimentos se constituem de melhorias nos terminais de embarque de passageiros, adequações de regulamentos vigentes, melhorias operacionais entre outros. O tráfego total de passageiros cresceu 13% frente a 2022, alcançando 7,5 milhões. No que tange a ampliação da oferta de serviços em seus aeroportos, foram celebrados 6 novos contratos de alimentação e 9 novos contratos de varejo e serviços. Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas ao longo do ano, destacam-se: • Implementação de mobiliário digital de publicidade em Imperatriz (IMP) e Petrolina (PNZ); • Assunção das operações de estacionamento em Imperatriz (IMP); • Inauguração de uma nova sala VIP em Goiânia (GYN); • Assinatura de um novo contrato de locadora de veículos em Petrolina (PNZ); • Implementação de novo contrato de DAS (Distributed Antenna System) em Palmas (PMW), São Luís (SLZ) e Goiânia (GYN); • Assinatura de 2 novos contratos de hangares em Goiânia (GYN); • Assinatura de 5 novos contratos de Real Estate nos aeroportos São Luís (SLZ), Imperatriz (IMP), Teresina (THE), Palmas (PMW) e Petrolina (PNZ). **2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa: 2.1. Administração:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por dois diretores, sendo um diretor presidente e um diretor sem designação específica. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. **2.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia possui 314 colaboradores efetivos e conta com uma cultura matricial e administração na sede da Divisão Aeroportos com recursos da média e alta administração compartilhados entre todos os aeroportos. A Companhia prima pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2023 continuou a implantação de diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de zero acidentes no decorrer de sua atividade. Além disso, a Companhia implementou a evolução de sua cultura, tendo como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade, a visão de liderar o setor de mobilidade, com foco na criação de valor sustentável e a cultura dos três Is (Integridade, Integração e Impacto). **2.3. Partes Relacionadas:** De acordo com o contrato de concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor. De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da administração para a contratação com a parte relacionada em vistas das alternativas de mercado. **3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. Custos e despesas:** No contínuo compromisso da Companhia com a eficiência operacional, destaca-se importante economia em custos recorrentes a partir da negociação de novos contratos de diversos serviços operacionais, tais como limpeza, segurança e bombeiros. **3.2. Dívida:** Em outubro de 2023 foi realizada a terceira emissão de Debêntures no valor de R$ 809 milhões com remuneração de IPCA + 6,96% a.a. Essa captação teve como destinação de recursos a realização de investimentos. Além disso, em outubro de 2023 foi realizada a quitação antecipada da 1ª e 2ª emissão de Debêntures. **4. Considerações finais: 4.1. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5. Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5.1. Agradecimentos:** A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores, instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento. Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizagem e crescimento.

São Paulo, 19 de março de 2024.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**215.941**	**166.302**
Caixa e equivalentes de caixa	6	172.715	110.934
Aplicações financeiras	6	-	13.226
Contas a receber das operações	7.1	29.343	31.725
Contas a receber de partes relacionadas	9	171	95
Tributos a recuperar		5.685	3.042
Estoque		4.117	3.023
Despesas antecipadas		3.538	4.139
Adiantamentos a fornecedores		331	-
Outros créditos		41	118
Não circulante		**1.030.117**	**880.480**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber das operações	7.1	357	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	55.476	33.968
Outros créditos		840	-
Imobilizado	10	10.882	9.481
Intangível	11	808.666	809.179
Infraestrutura em construção	11	153.786	27.716
Direito de uso em arrendamento		110	136
Total do ativo		**1.246.058**	**1.046.782**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**74.598**	**52.339**
Debêntures	14	9.901	-
Fornecedores	12	34.089	16.929
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	5.016	15.736
Obrigações sociais e trabalhistas	13	14.048	13.206
Impostos e contribuições a recolher		6.495	3.964
Passivo de arrendamento		31	31
Outras obrigações		5.018	2.473
Não circulante		**800.262**	**780.615**
Debêntures	14	799.140	779.443
Fornecedores	12	374	63
Obrigações sociais e trabalhistas	13	98	411
Passivo de arrendamento		88	111
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	29	-
Outras obrigações		533	587
Patrimônio líquido	16	**371.198**	**213.828**
Capital social		480.010	280.010
Reservas de capital		127	-
Prejuízos acumulados		(108.939)	(66.182)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.246.058**	**1.046.782**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	17	**343.920**	**188.421**
Custo dos serviços prestados		**(279.467)**	**(148.779)**
Custo de construção		(103.004)	(24.570)
Serviços		(83.005)	(53.438)
Custo com pessoal		(46.218)	(40.044)
Depreciação e amortização		(13.058)	(9.446)
Materiais, equipamentos e veículos		(11.955)	(7.691)
Seguros		(4.073)	(4.606)
Energia elétrica		(12.143)	(7.361)
Aluguéis		(3.641)	(698)
Operação assistida		-	530
Outros		(2.370)	(1.455)
Lucro bruto		**64.453**	**39.642**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(27.308)**	**(36.122)**
Despesas com pessoal		(11.678)	(10.851)
Serviços		(7.009)	(6.559)
Depreciação e amortização		(733)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(211)	(437)
Perdas com clientes		(11.416)	-
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações		10.429	(13.366)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.693)	(65)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(1.357)	(780)
Gastos com viagens e estadias		(327)	(2.685)
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	(29)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.284)	(1.379)
Resultado antes do resultado financeiro		**37.145**	**3.520**
Resultado financeiro	18	(101.410)	(92.498)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(64.265)**	**(88.978)**
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.2	21.508	30.270
Prejuízo do exercício		**(42.757)**	**(58.708)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(42.757)**	**(58.708)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(42.757)**	**(58.708)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(42.757)**	**(58.708)**
Ajustes por:			
Imposto renda e contribuição social diferidos	8.1	(21.508)	(30.270)
Depreciação e amortização	10 e 11	13.765	9.414
Depreciação - direito de uso de arrendamento		26	32
Reversão do ajuste a valor presente de arrendamento		9	14
Juros e variação monetária sobre debêntures	18	114.428	96.778
Capitalização de custo de debêntures	18	(8.882)	(1.555)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	(70)	(272)
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(10.429)	13.366
Constituição de provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	34	-
Comissão de fianças partes relacionadas	9 e 18	13.204	11.369
Rendimentos de aplicações financeiras		(573)	(4.793)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	16.2	127	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	12.454	(45.091)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(76)	4
Tributos a recuperar		(2.494)	(1.603)
Adiantamentos a fornecedores		(331)	-
Estoque		(1.094)	-
Despesas antecipadas e outros créditos		652	(3.166)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(11.703)	12.267
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(23.924)	3.479
Impostos e contribuições a recolher		2.531	3.851
Pagamento de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(5)	-
Obrigações socias e trabalhistas		529	10.839
Outras obrigações		2.491	3.060
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**36.404**	**19.015**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(1.624)	(8.105)
Adições ao ativo intangível	11	(101.936)	(33.707)
Aplicações financeiras liquidas de resgate		13.799	16.459
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(89.761)**	**(25.353)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures:			
Captações (líquidas de custos de transação)	21.2	793.124	70.390
Pagamento principal e juros	21.2	(877.954)	-
Arrendamento:			
Pagamento		(32)	(40)
Integralização de capital	16.1	200.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**115.138**	**70.350**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**61.781**	**64.012**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		110.934	46.922
No final do exercício		172.715	110.934
		61.781	**64.012**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social: Subscrito	Capital social: A integralizar	Reserva de capital: Plano de Incentivo de Longo Prazo	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**935.705**	**(655.695)**	**-**	**(7.474)**	**272.536**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(58.708)	(58.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**935.705**	**(655.695)**	**-**	**(66.182)**	**213.828**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(42.757)	(42.757)
Integralização de capital social em 10 de outubro de 2023	16.1	-	200.000	-	-	200.000
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	16.2	-	-	127	-	127
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**935.705**	**(455.695)**	**127**	**(108.939)**	**371.198**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária do Bloco Central S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 09, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o contrato de concessão assinado em 18 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 24 de novembro de 2051. A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA, Senador Petrônio Portela em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE. Durante o primeiro trimestre de 2022 a Companhia concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Companhia como operador aeroportuário. Sendo assim, em 9 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE e em 24 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA e Senador Petrônio Portela em Teresina/PI. Em maio de 2022, a Companhia submeteu à apreciação do Poder Concedente os respectivos anteprojetos e cronogramas de execução dos investimentos de ampliação e adequação da infraestrutura previstos para cada aeroporto, com a caracterização da infraestrutura para atendimento aos requisitos contratuais estabelecidos, após a realização do processo de consulta às partes interessadas relevantes. Em agosto de 2022, a Companhia concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetiva aprimorar os padrões operacionais dos aeroportos em questão, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, disponibilização de internet *wi-fi* gratuita de alta velocidade em todo terminal de passageiros, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, escadas rolantes, esteiras rolantes, elevadores e esteiras para restituição de bagagens, revisão e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas. Em novembro de 2022, a Companhia apresentou o seu Plano de Gestão de Infrestrutura (PGI) às partes interessadas relevantes e à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, contendo, contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura durante todo o período da concessão. Em 2023 iniciaram os investimentos necessários, previstos pelo Plano de Exploração Aeroportuária - PEA, para adequação das infraestruturas dos 6 aeroportos que compõem a Companhia. Tais investimento se resumem a melhorias nos terminais de embarque, adequações de regulamentos vigentes, melhorias operacionais entre outros e estão previstos para serem concluídos até novembro de 2024. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. **1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 19 de março de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 15.1. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 19. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos. As receitas não tarifárias, são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.13. Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data de avaliação, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.11. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). **3.15. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 9, 14 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 14 e 19. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contrato de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	54.288	55.580	56.122	58.820	1.451.551
Fornecedores e outras obrigações	39.107	854	25	-	28
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.016	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	228	10
Aplicações financeiras (a)	172.487	110.924
Total	**172.715**	**110.934**

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante		
Aplicações financeiras	-	13.226
Total	**-**	**13.226**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,35% do CDI, equivalente a 13,28% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,73% do CDI, equivalente a 12,77% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas	2023	2022
Circulante	**29.343**	**31.725**
Contas a receber das operações (a)	32.280	45.091
Provisão para perda esperada (b)	(2.937)	(13.366)
Não circulante	**357**	**-**
Contas a receber das operações (a)	357	-
Total	**29.700**	**31.725**

(a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. *Aging* do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	29.446	26.038
Créditos vencidos até 60 dias	-	3.959
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	254	1.728
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	1.785	10.287
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.152	3.079
Total	**32.637**	**45.091**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(64.265)**	**(88.978)**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**21.850**	**30.253**
	-	-
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	**(332)**	**(75)**
Remuneração variável de dirigentes e estatutários	(50)	92
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	40	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**21.508**	**30.270**
Impostos diferidos	21.508	30.270
Alíquota efetiva de impostos	**33,47%**	**34,02%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2023	2022
Ativo	61.324	35.138
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	56.083	27.068
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.984	2.314
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	999	4.544
Pré-operacionalidade	789	1.039
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	240	-
Outros	229	173
Compensação de imposto ativo	**(5.848)**	**(1.170)**
Impostos ativos após compensação	**55.476**	**33.968**
Passivo	**(5.848)**	**(1.170)**
Capitalização de juros	(3.525)	(529)
Custo de transação de empréstimos	(2.323)	(641)
Compensação de imposto passivo	**5.848**	**1.170**
Impostos passivos após compensação	**-**	**-**
Imposto diferido líquido	**55.476**	**33.968**

Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	**33.968**	**3.698**
Reconhecimento no resultado	21.508	30.270
Saldos em 31 de dezembro	**55.476**	**33.968**

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	2023
2028	6.104
de 2029 em diante	49.979
Total	**56.083**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023 Controladora	2023 Controladora indireta	2023 Outras partes relacionadas	2023 Total	2022 Controladora	2022 Controladora indireta	2022 Outras partes relacionadas	2022 Total
Ativo	**25**	**40**	**22.536**	**22.601**	**-**	**-**	**102**	**102**
Aplicações financeiras	-	-	22.262	**22.262**	-	-	1	**1**
Bancos conta movimento	-	-	168	**168**	-	-	6	**6**
Contas a receber	25	40	106	**171**	-	-	95	**95**
Passivo	**17**	**416**	**4.583**	**5.016**	**1.438**	**14.224**	**74**	**15.736**
Fornecedores e contas a pagar	17	416	4.583	**5.016**	1.438	14.224	74	**15.736**

	2023 Controladora	2023 Controladora indireta	2023 Outras partes relacionadas	2023 Total	2022 Controladora	2022 Controladora indireta	2022 Outras partes relacionadas	2022 Total
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(317)	**(317)**	-	-	149	**149**
Custos/Despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	(1.682)	**(1.682)**	-	-	1.399	**1.399**
Custos/Despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	(46)	**(46)**	-	-	37	**37**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(203)	-	**(203)**	-	-	24	**24**
Custos/Despesas - treinamento de pessoal	-	-	(13)	**(13)**	-	-	472	**472**
Custos/Despesas de infraestrutura utilizada	-	-	(573)	**(573)**	-	-	240	**240**
Custos/Despesas - viagens e estadias	-	-	-	**-**	486	-	-	**486**
Custos/Despesas - doações	-	-	(547)	**(547)**	-	-	-	**-**
Custos/Despesas - seguros	-	-	(4)	**(4)**	-	-	-	**-**
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(13.204)	-	**(13.204)**	-	11.369	-	**11.369**
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	-	(477)	**(477)**	-	-	20	**20**
Imobilizado	-	(9)	(1)	**(10)**	-	-	42	**42**
Receitas de aplicações financeiras	-	-	2.535	**2.535**	-	-	77	**77**
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	335	**335**	-	-	-	**-**
Repasse de custos e despesas - CSC	-	(13.040)	-	**(13.040)**	-	11.866	-	**11.866**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(670)	585	(304)	**(389)**	-	-	35	**35**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 14 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios. Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

9.1. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxa remuneração - garantia em emissão de dívidas	2023	2022
1,30% a.a.	(13.204)	(11.369)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado: Móveis e utensílios	Imobilizado: Máquinas e equipamentos	Imobilizado: Veículos	Imobilizado: Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.015**	**1.015**
Adições	-	-	-	-	8.466	8.466
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.481**	**9.481**
Custo	-	-	-	-	9.481	9.481
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.481**	**9.481**
Adições	-	-	-	-	2.357	2.357
Transferências	65	1.909	3.602	5.576	(5.576)	-
Depreciação	(4)	(58)	(683)	(745)	-	(745)
Outros	-	-	(211)	(211)	-	(211)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**61**	**1.851**	**2.708**	**4.620**	**6.262**	**10.882**
Custo	65	1.909	3.391	5.365	6.262	11.627
Depreciação acumulada	(4)	(58)	(683)	(745)	-	(745)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**61**	**1.851**	**2.708**	**4.620**	**6.262**	**10.882**
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2023	10	20	24			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 733 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 361 em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 11,35% a.a. e 10,76% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível: Exploração da infraestrutura concedida	Intangível: Sistemas informatizados	Intangível: Sistemas informatizados em andamento	Intangível: Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**808.022**	**-**	**1.261**	**809.283**	**1.120**	**810.403**
Adições	7.563	-	1.371	8.934	26.972	35.906
Transferências	376	-	-	376	(376)	-
Amortização	(9.414)	-	-	(9.414)	-	(9.414)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**806.547**	**-**	**2.632**	**809.179**	**27.716**	**836.895**
Custo	815.961	-	2.632	818.593	27.716	846.309
Amortização Acumulada	(9.414)	-	-	(9.414)	-	(9.414)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**806.547**	**-**	**2.632**	**809.179**	**27.716**	**836.895**
Adições	-	-	919	919	138.410	139.329
Transferências	12.340	1.316	(1.316)	12.340	(12.340)	-
Amortização	(12.983)	(37)	-	(13.020)	-	(13.020)
Outros	(752)	-	-	(752)	-	(752)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**805.152**	**1.279**	**2.235**	**808.666**	**153.786**	**962.452**
Custo	827.549	1.316	2.235	831.100	153.786	984.886
Amortização Acumulada	(22.397)	(37)	-	(22.434)	-	(22.434)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**805.152**	**1.279**	**2.235**	**808.666**	**153.786**	**962.452**
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2023	(*)	20%	-	-	-	-

(*) Amortização pela curva do benefício econômico; e

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1B5A-946B-23F6-F9AB.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1B5A-946B-23F6-F9AB.

CCR

continuação

Concessionária do Bloco Central S.A.

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 8.149 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.194 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 11,35% a.a. e 10,76% a.a., respectivamente. **Infraestrutura em construção:** O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	**131.492**
Obras contratuais Fase 1A	6.920
Obras contratuais Fase 1B	124.572

12. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	**34.089**	**16.929**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	32.744	16.584
Cauções e retenções contratuais (b)	1.345	345
Não circulante	**374**	**63**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	374	63
Total	**34.463**	**16.992**

(a) Refere-se, principalmente, aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Circulante	**14.048**	**13.206**
Salários e remunerações a pagar	1.406	1.581
Benefícios, gratificações e participações a pagar	7.156	6.813
Encargos sociais e previdenciários	2.271	1.672
Provisão para férias	3.215	3.140
Não circulante	**98**	**411**
Gratificações e participações a pagar	98	411
Total	**14.146**	**13.617**

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
1ª Emissão - Série única (*)	CDI + 1,70% a.a.	1,8757% (a)	Março de 2024	2.584	-	-	700.976 (b)
2ª Emissão - Série única (*)	CDI + 1,60% a.a.	2,0858% (a)	Abril de 2024	557	-	-	78.467 (b)
3ª Emissão - Série única	IPCA + 6,96% a.a.	7,0561% (a)	Outubro de 2047	6.876	6.834	809.041	- (c) (d) (e) (f)
			Total geral	**6.834**	**809.041**	**779.443**	

(*) Liquidação antecipada.

	2023	2022
Circulante	**9.901**	**-**
Debêntures	10.175	-
Custos de transação	(274)	-
Não circulante	**799.140**	**779.443**
Debêntures	805.700	781.126
Custos de transação	(6.560)	(1.683)
Total	**809.041**	**779.443**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; **Garantias:** (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta; (c) Garantia real; (d) Alienação fiduciária; (e) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (f) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	**2023**
2025	403
2026	1.208
2027	4.028
2028	7.250
2029 em diante	792.811
(-) Custo de transação	(6.560)
Total	**799.140**

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável: A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Constituição	4	30	34
Pagamentos	(4)	(1)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	**29**	**29**

15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis	12	-
Trabalhistas e previdenciários	10	-
Tributárias	195	-
Total	**217**	**-**

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R$ 935.705, composta por 935.705.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal. Em 10 de outubro de 2023, houve integralização de capital social no montante de R$ 200.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021. **16.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Contoladora realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data. O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (Total Shareholder Return) alvo real da Companhia no período. É utilizado o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram: (a) Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 12.587; (b) Data da outorga: 26 de junho de 2023; (c) Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R$ 11,72; (d) Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R$ 13,38, R$ 15,17 e R$ 16,96; (e) Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,51%; (f) *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%; (g) Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%; (h) Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*). O valor justo da parcela atrelada à retenção, 12.587 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 127.

17. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	**383.330**	**219.609**
Receitas tarifárias	193.811	138.751
Receitas não tarifárias	86.180	56.236
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	103.004	24.570
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	335	52
Deduções das receitas brutas	**(39.410)**	**(31.188)**
Impostos sobre receitas	(34.891)	(23.715)
Abatimentos	(4.519)	(7.473)
Receita operacionais líquidas	**343.920**	**188.421**
18. Resultado financeiro	**2023**	**2022**
Despesas financeiras	**(119.389)**	**(106.941)**
Juros sobre debêntures	(108.728)	(96.778)
Variação monetária sobre debêntures	(5.700)	-
Comissão de fianças partes relacionadas	(13.204)	(11.369)
Capitalização de custo dos empréstimos	8.882	1.555
Arrendamento	(9)	(14)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(3)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(629)	(332)
Receitas financeiras	**17.979**	**14.443**
Rendimento sobre aplicações financeiras	16.880	12.935
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	71	275
Juros e outras receitas financeiras	1.028	1.233
Resultado financeiro líquido	**(101.410)**	**(92.498)**

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2023	2022
Ativos		**202.586**	**155.980**
Valor justo através do resultado		**172.715**	**124.160**
Caixa e bancos	Nível 2	228	10
Aplicações financeiras	Nível 2	172.487	124.150
Custo amortizado		**29.871**	**31.820**
Contas a receber		29.700	31.725
Contas a receber de partes relacionadas		171	95
Passivos	**Nível**	**(854.071)**	**(815.231)**
Custo amortizado		**(854.071)**	**(815.231)**
Debêntures (a)	Nível 2	(809.041)	(779.443)
Fornecedores e outras obrigações		(40.014)	(20.052)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(5.016)	(15.736)
Total		**(651.485)**	**(659.251)**

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	815.875	1.034.526	781.126	794.697

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito. **19.2. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **19.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$** (3) (4)	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
CDI	(815.875)	(96.033)	(106.003)	(115.972)
Efeito sobre debêntures		**(96.033)**	**(106.003)**	**(115.972)**
CDI	173.456	14.667	18.282	21.875
Efeito sobre aplicações financeiras		**14.667**	**18.282**	**21.875**
Total do efeito de ganho/(Perda)		**(81.366)**	**(87.721)**	**(94.097)**
Total do efeito líquido de ganhos/(Perdas) (1)	CDI (2)	11,6500%	14,5625%	17,4750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	2023	2022
Compromisso de investimento	512.706	633.064

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**29.244**	**(1.005)**
Tributos a recuperar	(963)	-
Fornecedores	29.244	(1.005)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**(29.244)**	**1.005**
Adições ao intangível	(29.244)	1.005
Outras de ativo imobilizado e intangível	963	-

21.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessões. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Capital social	Debêntures	Arrendamento	Total
Saldo inicial	**(280.010)**	**(779.443)**	**(142)**	**(1.059.595)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**(200.000)**	**84.830**	**32**	**(115.138)**
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(793.124)	-	(793.124)
Pagamentos de principal e juros	-	877.954	32	877.986
Integralização de capital	(200.000)	-	-	(200.000)
Outras variações	**-**	**(114.428)**	**(9)**	**(114.437)**
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	(114.428)	-	(114.428)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(9)	(9)
Saldo final	**(480.010)**	**(809.041)**	**(119)**	**(1.289.170)**

22. Evento subsequente: Em 15 de fevereiro de 2024, houve integralização de capital social no montante de R$ 60.300, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021.

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente
Mônica da Cruz Lamas	Membro efetivo
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fábio Russo Corrêa	Diretora-Presidente
Rafael de Melo Laranjeira	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária do Bloco Central S.A.**
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Central S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Central S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1B5A-946B-23F6-F9AB.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1B5A-946B-23F6-F9AB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1B5A-946B-23F6-F9AB ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1B5A-946B-23F6-F9AB

Hash do Documento

23A94CBE39B40C772974EB96AD60A12431CB118399B421E19B196A1DC6F51397

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/03/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 20/03/2024 00:03 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

CCR

Concessionária do Bloco Sul S.A.

CNPJ/MF nº 42.130.537/0001-16

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1.1. Sobre a Companhia: 1.2. Aos acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionaria do Bloco Sul ("Concessionária" ou "Companhia"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. **1.3. Destaques do ano de 2023:** Em 2023, iniciou-se os investimentos da Fase 1-B necessários para adequação das infraestruturas dos 9 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Sul S.A. Tais investimentos se constituem de melhorias nos terminais de embarque de passageiros, adequações de regulamentos vigentes, melhorias operacionais entre outros. O tráfego cresceu 17% frente a 2022, alcançando 10,9 milhões de passageiros. No que tange a ampliação da oferta de serviços em seus aeroportos, foram celebrados 15 novos contratos de alimentação e 21 novos contratos de varejo e serviços, dos quais 18 operações foram inauguradas ainda em 2023. Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas ao longo do ano, destacam-se: • Implementação de mobiliário digital de publicidade em Foz do Iguaçu (IGU), Curitiba (CWB), Bagé (BGX), Uruguaiana (URG), Londrina (LDB); • Inauguração de 2 novas operações de Duty Free em Foz do Iguaçu (IGU); • Assunção das operações de estacionamento em Joinville (JOI); • Inauguração de 3 novas salas VIP, sendo 2 em Curitiba (CWB) e 1 em Joinville (JOI); • Implementação de novo contrato de DAS (Distributed Antenna System) em Navegantes (NVT) e Foz do Iguaçu (IGU); • Assinatura de 6 novos contratos de hangares em Bacacheri (BFH); • Assinatura de 5 novos contratos de real estate em Curitiba (CWB), Uruguaiana (URG), Bagé (BGX), Pelotas (PET) e Joinville (JOI); • 3 novas frequências de voos cargueiros internacionais em Curitiba (CWB). **2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa: 2.1. Administração:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por um CEO e seis vice-presidências com designações específicas. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. **2.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia vinculada ao seu planejamento estratégico tem o colaborar no centro de sua gestão atuando como um dos principais stakeholders.Em dezembro de 2023, atuam na Companhia 429 colaboradores efetivos. Visando a eficiência operacional, o ativo conta com cultura matricial e com uma administração na sede da Plataforma Aeroportos com recursos da média e alta administração compartilhados entre todos os aeroportos. A Companhia prima pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2023 continuou a implantação de diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de zero acidentes no decorrer de sua atividade. Além disso, a Companhia implementou a evolução de sua cultura, tendo como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade, a visão de liderar o setor de mobilidade, com foco na criação de valor sustentável e a cultura dos três Is (Integridade, Integração e Impacto). **2.3. Partes Relacionadas:** De acordo com o Contrato de Concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor. De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais. O contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual determina procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da Administração para a contratação com a Parte Relacionada em vistas das alternativas de mercado. **3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. Desempenho: 3.1.1. Custos e Despesas:** A Companhia atuou plenamente durante todo o ano de 2023, por isso percebe-se um aumento em relação ao ano de 2022, porém no contínuo compromisso da Companhia com a eficiência operacional, destaca-se importante economia em custos recorrentes a partir da negociação de novos contratos de diversos serviços operacionais, tais como limpeza, segurança e bombeiros. **3.1.2. Dívida:** Em outubro de 2023 foi realizada a terceira emissão de Debêntures no valor de R$ 2,5 bilhões com remuneração de IPCA + 6,99% a.a. Essa captação teve como destinação de recursos a realização de investimentos. Além disso, em outubro de 2023 foi realizada a quitação antecipada da 1ª e 2ª emissão de Debêntures. **4. Considerações finais: 4.1. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5. Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5.1. Agradecimentos:** A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento. Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizagem e crescimento.

São Paulo, 19 de março de 2024.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**436.515**	**323.448**
Caixa e equivalentes de caixa	6	349.633	173.146
Aplicações financeiras	6	4.078	81.792
Contas a receber das operações	7.1	56.636	54.356
Contas a receber de partes relacionadas	9	146	231
Tributos a recuperar		11.432	4.850
Estoques		5.441	4.703
Adiantamentos a fornecedores		1.125	-
Despesas antecipadas e outros créditos		8.024	4.370
Não circulante		**3.213.996**	**2.822.606**
Contas a receber das operações		246	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	126.715	79.922
Tributos a recuperar		779	-
Depósitos judiciais e outros		25	-
Imobilizado	10	17.234	13.198
Intangível	11	2.656.692	2.685.528
Infraestrutura em construção	11	412.121	43.731
Direito de uso em arrendamento		184	227
Total do ativo		**3.650.511**	**3.146.054**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**149.465**	**77.013**
Debêntures	12	32.574	-
Fornecedores	13	72.023	20.751
Passivo de arrendamento		51	51
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	7.803	27.112
Impostos e contribuições a recolher		12.224	5.859
Obrigações sociais e trabalhistas	14	20.988	17.163
Outras obrigações		3.802	6.077
Não circulante		**2.504.604**	**2.229.393**
Debêntures	12	2.498.696	2.225.806
Fornecedores	13	1.896	77
Passivo de arrendamento		147	185
Obrigações sociais e trabalhistas	14	481	305
Outras obrigações		3.384	3.020
Patrimônio líquido	15	**996.442**	**839.648**
Capital social		1.245.010	995.010
Reserva de capital		186	-
Prejuízos acumulados		(248.754)	(155.362)
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.650.511**	**3.146.054**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social		Reservas de capital		
	Nota	Subscrito	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		2.968.340	(1.973.330)	-	(28.194)	966.816
Prejuízo do exercício		-	-	-	(127.168)	(127.168)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.968.340**	**(1.973.330)**	**-**	**(155.362)**	**839.648**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(93.392)	(93.392)
Plano de Incentivo de longo prazo, liquidável em ações	15.2	-	-	186	-	186
Integralização de capital social em 02 de outubro de 2023	15.1	-	250.000	-	-	250.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**2.968.340**	**(1.723.330)**	**186**	**(248.754)**	**996.442**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	16	**779.061**	**338.465**
Custo dos serviços prestados		**(564.256)**	**(209.088)**
Custo de construção		(312.459)	(39.519)
Serviços		(113.159)	(70.869)
Depreciação e amortização	10 e 11	(44.238)	(30.573)
Custo com pessoal		(52.856)	(43.047)
Seguros		(3.649)	(3.962)
Eventos, feiras e congressos		(1.092)	(1.297)
Energia elétrica		(14.801)	(7.609)
Operação assistida		-	704
Materiais, equipamentos e veículos		(18.487)	(11.665)
Outros		(3.515)	(1.251)
Lucro bruto		**214.805**	**129.377**
Despesas operacionais		**(60.433)**	**(47.112)**
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(31.070)	(25.201)
Serviços		(11.249)	(11.624)
Depreciação e amortização	10 e 11	(700)	-
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(5.922)	(365)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(2.536)	(1.131)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1.365)	(580)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.265)	-
Gastos com viagens e estadias		(1.076)	(2.070)
Materiais equipamentos e veículos		(387)	(516)
Perdas com clientes		(2.227)	-
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber		258	(4.706)
Outras despesas (receitas) operacionais		(2.894)	(919)
Resultado antes do resultado financeiro		**154.372**	**82.265**
Resultado financeiro	17	(294.557)	(274.846)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(140.185)**	**(192.581)**
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.1	46.793	65.413
Prejuízo do exercício		**(93.392)**	**(127.168)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(93.392)**	**(127.168)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(93.392)**	**(127.168)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(93.392)**	**(127.168)**
Ajustes por:			
Imposto renda e contribuição social diferidos	8.2	(46.793)	(65.413)
Depreciação e amortização	10 e 11	44.895	30.520
Depreciação - Direito de uso em arrendamento		43	53
Juros e variação monetária sobre debêntures	17	329.964	278.651
Capitalização de custos dos empréstimos	10 e 11	(19.878)	(2.312)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(258)	4.706
Juros e variação monetária sobre obrigações com partes relacionadas	17	24.651	20.827
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	17	(66)	(215)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		15	22
Rendimento de aplicação financeira		(5.169)	(9.329)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	15.2	186	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(2.268)	(59.062)
Contas a receber de partes relacionadas	9	85	75
Tributos a recuperar		(6.431)	(1.301)
Estoques		(738)	(4.703)
Despesas antecipadas e outros créditos		(3.679)	(853)
Adiantamentos a fornecedores		(1.125)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	13	(21.195)	16.044
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(43.960)	3.080
Obrigações socias e trabalhistas	14	4.001	13.264
Impostos e contribuições a recolher		6.365	5.765
Outras obrigações		(1.911)	9.097
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**163.342**	**111.748**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(4.006)	(11.459)
Adições ao ativo intangível	11	(291.179)	(47.950)
Aplicações financeiras liquidas de resgate	6	82.883	(65.004)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(212.302)**	**(124.413)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures:			
Captações (líquidas de custos de transação)	20.2	2.479.467	110.151
Pagamentos de principal e juros	20.2	(2.503.967)	-
Integralização de capital	15.1	250.000	-
Arrendamento:			
Pagamento de principal e juros	20.2	(53)	(66)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**225.447**	**110.085**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**176.487**	**97.420**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		173.146	75.726
No final do exercício		349.633	173.146
		(176.487)	**(97.420)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária do Bloco Sul S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 4º andar, sala 09, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o Contrato de Concessão assinado em 20 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 29 de novembro de 2051. A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Cataratas em Foz do Iguaçu/PR, Governador José Richa em Londrina/PR, Bacacheri em Curitiba/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS. Durante o primeiro trimestre de 2022 a Concessionária concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Concessionária como operador aeroportuário. Sendo assim, em 09 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Governador José Richa em Londrina/PR, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, Bacacheri em Curitiba/PR, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS e, em 31 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC e Cataratas em Foz do Iguaçu/PR. Após esta etapa, em maio de 2022, a Concessionária submeteu à apreciação do Poder Concedente os respectivos anteprojetos e cronogramas de execução dos investimentos de ampliação e adequação da infraestrutura previstos para cada aeroporto, com a caracterização da infraestrutura para atendimento aos requisitos contratuais estabelecidos, após a realização do processo de consulta às partes interessadas relevantes. Ademais, em agosto de 2022, a Concessionária concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetiva aprimorar os padrões operacionais dos aeroportos em questão, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, disponibilização de internet wi-fi gratuita de alta velocidade em todo terminal de passageiros, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, escadas rolantes, esteiras rolantes, elevadores e esteiras para restituição de bagagens, revisão e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas. Por fim, em novembro de 2022, a Concessionária apresentou às partes interessadas relevantes e à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC o seu Plano de Gestão de Infraestrutura (PGI), contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura durante todo o período da concessão. Em 2023 iniciaram os investimentos necessários, previstos pelo Plano de Exploração Aeroportuária - PEA, para adequação das infraestruturas dos 9 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Sul S.A. Tais investimento se resumem a melhorias nos terminais de embarque, adequações de regulamentos vigentes, melhorias operacionais entre outros e estão previstos para serem concluídos até novembro de 2024. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. **1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 19 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
18. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos. As receitas não tarifárias, são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.13. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.8. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre debêntures. Custos de debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.9. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização. **3.12. Pagamento baseado em ações:** Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos. **3.13. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, as novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). **3.14. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 9,12 e 18. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 9, 12 e18. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 18. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	171.804	173.199	172.499	175.020	4.782.325
Fornecedores e outras obrigações	75.825	5.280	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	7.803	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	**2023**	**2022**
Caixa e bancos	489	14
Aplicações financeiras (a)	349.144	173.132
Total	**349.633**	**173.146**

Aplicações financeiras	**2023**	**2022**
Circulante	**4.078**	**81.792**
Aplicações financeiras (a)	4.078	81.792
Total	**4.078**	**81.792**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,15% do CDI, equivalente a 13,39% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,22% do CDI, equivalente a 12,71% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2022). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	2023	2022
Circulante	**56.636**	**54.356**
Contas a receber das operações (a)	61.084	59.062
Provisão para perda esperada (b)	(4.448)	(4.706)
Não circulante	**246**	**-**
Contas a receber das operações (a)	246	-
Total	**56.882**	**54.356**

(a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). ***7.2. Aging* do contas a receber:**

Idade de vencimentos dos títulos	**2023**	**2022**
Créditos a vencer	54.136	51.848
Créditos vencidos até 60 dias	1.916	1.710
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	830	798
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	2.021	3.633
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.427	1.073
Total	**61.330**	**59.062**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	**2023**	**2022**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(140.185)**	**(192.581)**
Imposto de renda e contribuição social à aliquota nominal (34%)	**47.663**	**65.478**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(854)	(65)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(78)	-
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	61	-
Outros ajustes tributários	1	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**46.793**	**65.413**
Impostos diferidos	46.793	65.413
Aliquota efetiva de impostos	**33,38%**	**33,97%**

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	**2023**	**2022**
Ativo	**142.500**	**82.339**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	132.293	73.366
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.694	3.060
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.512	1.600
Provisão para fornecedores	51	-
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	325	-
Pré operacionalidade	3.175	4.177
Arrendamento	5	3
Programa de Gratificação Longo Prazo	445	133
Compensação de imposto ativo	**(15.785)**	**(2.417)**
Impostos ativos após compensação	**126.715**	**79.922**
Passivo	**(15.785)**	**(2.417)**
Capitalização de juros	(7.525)	(786)
Custo de transação de debêntures	(8.260)	(1.631)
Compensação de imposto passivo	**15.785**	**2.417**
Impostos passivos após compensação	**-**	**-**
Imposto diferido líquido	**126.715**	**79.922**
Movimentação do imposto diferido	**2023**	**2022**
Saldos em 1º de janeiro	**79.922**	**14.509**
Reconhecimento no resultado	46.793	65.413
Saldos em 31 de dezembro	**126.715**	**79.922**

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	2023
2028	6.104
2029 em diante	126.189
Total	**132.293**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladora indireta e outras partes relacionadas.

	2023				2022			
Saldos	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	**-**	**4**	**1.426**	**1.430**	**-**	**106**	**131**	**237**
Aplicações financeiras	-	-	855	855	-	-	-	-
Bancos conta movimento	-	-	429	429	-	-	6	6
Contas a receber	-	4	142	146	-	106	125	231
Passivo	**413**	**6.616**	**774**	**7.803**	**2.385**	**24.640**	**87**	**27.112**
Fornecedores e contas a pagar	413	6.616	774	7.803	2.385	24.640	87	27.112

	2023				2022			
Transações	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(576)	**(576)**	-	-	(189)	**(189)**
Custos/Despesas - doações	-	-	(1.143)	**(1.143)**	-	-	-	**-**
Custos/Despesas - seguros	-	-	(6)	**(6)**	-	-	-	**-**
Custos/Despesas de infraestrutura utilizada	-	-	(929)	**(929)**	(59)	-	(5)	**(64)**
Custos/Despesas com locação de espaços	-	-	-	**-**	-	-	(514)	**(514)**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(203)	-	**(203)**	(40)	-	(43)	**(83)**
Custos/Despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	(1.780)	**(1.780)**	-	-	(1.476)	**(1.476)**
Custos/Despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	(42)	**(42)**	-		(28)	**(28)**
Custos/Despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	-	(17)	**(17)**	-	-	(429)	**(429)**
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(24.651)	(1.341)	**(25.992)**	-	(20.827)	-	**(20.827)**
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(64)	**(64)**	-	-	(35)	**(35)**
Receitas de aplicações financeiras	-	-	6.707	**6.707**	-	-	-	**-**
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	623	**623**	-	-	178	**178**
Repasse de custos e despesas - CSC	-	(20.340)	(7)	**(20.347)**	(343)	(14.920)	-	**(15.263)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	219	(513)	**(294)**	-	123	(60)	**63**
Imobilizado/Intangível	-	(7)	(160)	**(167)**	-	-	(181)	**(181)**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 14 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios. Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	**1.259**	**1.259**
Adições	-	-	-	-	11.939	11.939
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	**13.198**	**13.198**
Custo	-	-	-	-	13.198	13.198
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	**13.198**	**13.198**
Adições	-	-	-	-	5.085	5.085
Transferências	33	142	4.306	4.481	(4.481)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	3	-	3	-	3
Depreciação	(3)	(16)	(787)	(806)	-	(806)
Outros	(1)	-	(245)	(246)	-	(246)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**29**	**129**	**3.274**	**3.432**	**13.802**	**17.234**
Custo	32	145	4.061	4.238	13.802	18.040
Depreciação acumulada	(3)	(16)	(787)	(806)	-	(806)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**29**	**129**	**3.274**	**3.432**	**13.802**	**17.234**
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2023	10	15	24	-	-	-

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 1.079 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 480 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 10,72% a.a e 11,58% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**2.705.828**	**469**	**2.706.297**	**2.187**	**2.708.484**
Adições	7.495	1.173	8.668	42.627	51.295
Transferências	1.083	-	1.083	(1.083)	-
Amortização	(30.520)	-	(30.520)	-	(30.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.683.886**	**1.642**	**2.685.528**	**43.731**	**2.729.259**
Custo	2.714.406	1.642	2.716.048	43.731	2.759.779
Amortização acumulada	(30.520)	-	(30.520)	-	(30.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.683.886**	**1.642**	**2.685.528**	**43.731**	**2.729.259**
Adições	-	1.607	1.607	382.723	384.330
Transferências	14.333	-	14.333	(14.333)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(3)	(3)	-	(3)
Amortização	(44.089)	-	(44.089)	-	(44.089)
Outros	(684)	-	(684)	-	(684)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.653.446**	**3.246**	**2.656.692**	**412.121**	**3.068.813**
Custo	2.728.055	3.246	2.731.301	412.121	3.143.422
Amortização acumulada	(74.609)	-	(74.609)	-	(74.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.653.446**	**3.246**	**2.656.692**	**412.121**	**3.068.813**
Taxa média anual de amortização %					
Em 31 de dezembro de 2023	(a)	-	-	-	-

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 18.799 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.832 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 10,72% a.a. e 11,58% a.a., respectivamente.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código FFB8-A231-A4A6-FEFA.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código FFB8-A231-A4A6-FEFA.

continuação

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

	378.525
Obras contratuais Fase 1A	9.115
Obras contratuais Fase 1B	369.410

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
1ª Emissão - série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8688% (a)	Março de 2024	7.449	-	-	2.103.082 (b)
2ª Emissão - série única	CDI + 1,60% a.a.	1,9513% (a)	Abril de 2024	795	-	-	122.724 (b)
3ª Emissão - série única	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)	Outubro de 2047	20.532	20.421	2.531.270	- (c) (d) (e) (f)
			Total	**20.421**	**2.531.270**	**2.225.806**	

	2023	2022
Circulante	**32.574**	**-**
Debêntures	33.304	-
Custos de transação	(730)	-
Não circulante	**2.498.696**	**2.225.806**
Debêntures	2.518.387	2.230.130
Custos de transação	(19.691)	(4.324)
Total	**2.531.270**	**2.225.806**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR. **Garantias:** (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta; (c) Garantia real; (d) Alienação fiduciária; (e) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (f) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2023
2027	2.518
2028	12.563
2029 em diante	2.503.306
(-) Custo de transação	(19.691)
Total	**2.498.696**

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

13. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	**72.023**	**20.751**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	65.574	20.397
Cauções e retenções contratuais (b)	6.449	354
Não circulante	**1.896**	**77**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	1.896	-
Cauções e retenções contratuais (b)	-	77
Total	**73.919**	**20.828**

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Circulante	**20.988**	**17.163**
Salários e remunerações a pagar	2.217	2.023
Benefícios, gratificações e participações a pagar	11.257	9.015
Encargos sociais e previdenciários	2.601	2.015
Provisão para férias	4.913	4.110
Não circulante	**481**	**305**
Gratificações e participações a pagar	481	305
Total	**21.469**	**17.468**

15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social: O capital social subscrito da Companhia é de R$ 2.968.340, dos quais R$ 1.723.330 ainda não foram integralizados, representado por 2.968.340.591 de ações ordinárias. Em 02 de outubro de 2023, houve integralização de capital social no montante de R$ 250.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021. **15.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Contoladora realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data. O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (Total Shareholder Return) alvo real da Companhia no período. É utilizado o modelo Black-Scholes--Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 18.518; • Data da outorga: 26 de junho de 2023; • Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R$ 11,72; • Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R$ 13,38, R$ 15,17 e R$ 16,96; • Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,51%; • *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%; • Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*). O valor justo da parcela atrelada à retenção, 18.518 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 186.

16. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	**845.503**	**384.960**
Receitas tarifárias	288.908	188.861
Receitas não tarifárias	243.512	156.257
Receitas de construção	312.459	39.519
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	624	323
Deduções das receitas brutas	**(66.442)**	**(46.495)**
Impostos sobre receitas	(61.448)	(39.017)
Abatimentos	(4.994)	(7.478)
Receita operacional líquida	**779.061**	**338.465**

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	**(336.057)**	**(297.846)**
Juros sobre debêntures	(311.578)	(278.651)
Variação monetária sobre debêntures	(18.386)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(6)
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(24.651)	(20.827)
Capitalização de custo dos empréstimos	19.878	2.312
Ajuste a valor presente - arrendamento	(15)	(22)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.293)	(652)
Receitas financeiras	**41.500**	**23.000**
Rendimento sobre aplicações financeiras	40.262	20.875
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	78	221
Juros e outras receitas financeiras	1.160	1.904
Resultado financeiro líquido	**(294.557)**	**(274.846)**

18. Instrumentos financeiros: 18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativo	Nível	2023	2022
Valor justo através do resultado		**353.711**	**254.938**
Caixa e bancos	Nível 2	489	14
Aplicações financeiras	Nível 2	353.222	254.924
Custo amortizado		**57.028**	**54.587**
Contas a receber das operações		56.882	54.356
Contas a receber de partes relacionadas		146	231
Passivo		**(2.620.178)**	**(2.282.843)**
Custo amortizado		**(2.620.178)**	**(2.282.843)**
Debêntures (a)		(2.531.270)	(2.225.806)
Fornecedores e outras contas a pagar		(81.105)	(29.925)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(7.803)	(27.112)
Total		**(2.209.439)**	**(1.973.318)**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	2.551.691	3.274.671	2.230.130	2.268.761

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

18.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **18.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de debêntures e aplicações financeiras, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$** [(3)(4)]	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
CDI	2.551.691	(300.964)	(332.134)	(363.305)
Efeito sobre debêntures		**(300.964)**	**(332.134)**	**(363.305)**
CDI	355.878	17.745	22.105	26.437
Efeito sobre as aplicações financeiras		**17.745**	**22.105**	**26.437**
Total do efeito de ganho/(Perda)		**(283.219)**	**(310.029)**	**(336.868)**
A taxa de juros considerada foi [(1)]**:**				
CDI [(2)]		11,6500%	14,5625%	17,4750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	2023	2022
Compromisso de investimento	924.676	1.294.671

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

20. Demonstração dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**74.352**	**1.513**
Fornecedores	74.352	1.513
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(74.352)**	**(1.513)**
Adições ao ativo intangível	(74.352)	(1.513)

20.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Capital social	Arrendamento	Total
Saldo inicial	**(2.225.806)**	**(995.010)**	**(236)**	**(3.221.052)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**24.500**	**(250.000)**	**53**	**(225.447)**
Captações (líquidas dos custos de transação)	(2.479.467)	-	-	(2.479.467)
Pagamentos de principal e juros	2.503.967	-	53	2.504.020
Integralização de capital social	-	(250.000)	-	(250.000)
Outras variações que não afetam caixa	**(329.964)**	**-**	**(15)**	**(329.979)**
Despesas com juros e variação monetária	(329.964)	-	(15)	(329.979)
Saldo final	**(2.531.270)**	**(1.245.010)**	**(198)**	**(3.776.478)**

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa - Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter - Membro Efetivo
Rafael de Melo Laranjeira- Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto - Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar - Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Fábio Russo Corrêa - Diretor-Presidente
Mônica da Cruz Lamas - Diretora

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária do Bloco Sul S.A.**
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Sul S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código FFB8-A231-A4A6-FEFA.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código FFB8-A231-A4A6-FEFA.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FFB8-A231-A4A6-FEFA ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FFB8-A231-A4A6-FEFA

Hash do Documento

43D69C370FB29E71B5ADA072BC530D1106C4FD23A3C87A8EDCBFCDD901F16657

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/03/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 20/03/2024 00:03 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

CNPJ nº 03.485.775/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que eventualmente considerarem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	164.352	86.526	179.068	94.741
Aplicações financeiras	11	-	34.299	-	34.299
Contas a receber de clientes	12	126.417	126.789	126.730	127.640
Estoques	13	201.139	167.983	215.368	197.140
Impostos e contribuições a recuperar	14	2.233	24.142	3.489	24.525
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.163	-	2.424	181
Ativos biológicos	15	-	-	42.246	63.749
Adiantamento a fornecedores		10.775	13.540	12.502	15.797
Outras contas a receber		10.860	2.316	11.580	3.134
Total do ativo circulante		517.939	455.595	593.407	561.206
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	14	33.701	30.833	33.711	30.842
Depósitos judiciais	26	54.386	51.615	54.405	51.644
Partes relacionadas	25	418	10.189	418	414
Adiantamento a fornecedores		559	-	559	-
Precatórios a receber	16	863	29.121	863	29.121
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	-	-	1.770	3.093
Outras contas a receber		9.086	9.185	10.679	10.689
Investimentos em controladas	17	187.396	145.108	-	-
Propriedades para investimentos		1.879	-	1.879	-
Imobilizado	18	181.666	186.197	438.642	415.615
Direito de uso de ativos	19	14.942	13.958	83.071	68.033
Intangível	20	366	443	685	802
Total do ativo não circulante		485.262	476.649	626.682	610.253
Total do ativo		1.003.201	932.244	1.220.089	1.171.459

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	5.538	4.099	35.157	25.549
Arrendamento a pagar	19	5.118	4.006	18.425	13.157
Fornecedores	22	59.698	62.063	79.548	116.639
Obrigações sociais	23	19.738	18.585	22.041	20.644
Obrigações fiscais	24.A	35.178	29.270	35.720	29.722
Imposto de renda e contribuição social a pagar	24.B	4.590	11.631	6.945	13.071
Impostos parcelados		270	242	270	242
Dividendos a pagar	25	20.741	14.085	20.741	14.085
Outras contas a pagar		15.575	9.979	16.494	10.552
Total do passivo circulante		166.446	153.960	235.341	243.661
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	12.224	10.811	94.300	96.948
Arrendamento a pagar	19	9.671	9.747	66.600	55.592
Obrigações fiscais	24.B	906	832	906	832
Impostos parcelados		1.148	1.272	1.148	1.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	33.903	36.673	42.439	53.698
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	26	3.981	4.039	4.004	4.071
Outras contas a pagar		2.587	2.394	3.016	2.869
Total do passivo não circulante		64.420	65.768	212.413	215.282
Patrimônio líquido	28				
Capital social		497.227	380.377	497.227	380.377
Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)
Reserva para incentivos fiscais		13.270	10.291	13.270	10.291
Ajuste de avaliação patrimonial		82.410	83.791	82.410	83.791
Reservas de lucros		179.429	121.208	179.429	121.208
Lucros à disposição da assembleia		-	116.850	-	116.850
Total do patrimônio líquido		772.335	712.516	772.335	712.516
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.003.201	932.244	1.220.089	1.171.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva para incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Lucros à disposição da assembleia	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		269.865	(1)	8.192	85.176	23.580	52.373		-	227.362	666.547
Capitalização de lucros acumulados	28.A	110.512	-	-	-	-	-	-	-	(110.512)	-
Realização do custo atribuído	28.C	-	-	-	(1.385)	-	-	-	1.385	-	-
Aplicação em incentivos fiscais	28.B	-	-	2.099	-	-	-	-	(2.099)	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	28.D	-	-	-	-	-	(52.373)	-	52.373	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	60.054	-	60.054
Destinação do lucro líquido:					-			-		-	-
Reserva legal	28.D	-	-	-	-	3.002	-	-	(3.002)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	28.F	-	-	-	-	-	-	-	(14.085)	-	(14.085)
Reserva de retenção de lucros	28.D	-	-	-	-	-	94.626	-	(94.626)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		380.377	(1)	10.291	83.791	26.582	94.626	-	-	116.850	712.516
Capitalização de lucros acumulados	28.A	116.850	-	-	-	-	-	-	-	(116.850)	-
Realização do custo atribuído	28.C	-	-	-	(1.381)	-	-	-	1.381	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	28.F	-	-	-	-	-	(8.451)	-	-	-	(8.451)
Aplicação em incentivos fiscais	28.B	-	-	2.979	-	-	-	-	(2.979)	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	28.D	-	-	-	-	-	(86.175)	86.175	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	89.011	-	89.011
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	-	-	-		-	-
Reserva legal	28.D	-	-	-	-	4.451	-	-	(4.451)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	28.F	-	-	-	-	-	-	-	(20.741)	-	(20.741)
Reserva para investimentos	28.D	-	-	-	-	-	-	62.221	(62.221)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		497.227	(1)	13.270	82.410	31.033	-	148.396	-	-	772.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$,)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de vendas e serviços	29	798.903	747.273	887.238	823.817
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	30	(519.416)	(479.867)	(602.649)	(564.326)
Lucro bruto		279.487	267.406	284.589	259.491
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	30	(114.818)	(129.193)	(114.818)	(129.193)
Gerais e administrativas	30	(57.224)	(60.883)	(63.952)	(67.531)
Outras despesas	30	(10.675)	(7.317)	(12.688)	(8.056)
Outras receitas	30	9.725	6.741	10.099	7.132
		(172.992)	(190.652)	(181.359)	(197.648)
Lucro antes do resultado financeiro		106.495	76.754	103.230	61.843
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	28.368	26.010	39.044	32.760
Despesas financeiras	31	(6.937)	(6.089)	(25.328)	(23.336)
	31	21.431	19.921	13.716	9.424
Resultado de equivalência patrimonial	17	(7.096)	(16.903)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		120.830	79.772	116.946	71.267
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	32	(34.589)	(31.913)	(37.871)	(34.906)
Diferidos	32	2.770	12.195	9.936	23.693
		(31.819)	(19.718)	(27.935)	(11.213)
Lucro líquido do exercício		89.011	60.054	89.011	60.054
Lucro básico e diluído por ação do capital social - R$	33	56,32	38,00	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	89.011	60.054	89.011	60.054
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	89.011	60.054	89.011	60.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		89.011	60.054	89.011	60.054
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido Proveniente das atividades operacionais:					
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	32	31.819	19.718	27.935	11.213
Variação do valor justo dos ativos biológicos	15.b	-	-	(1.282)	29.610
Resultado de equivalência patrimonial	17	7.096	16.903	-	-
Depreciação e amortização de bens	30	29.616	26.432	52.827	41.966
Provisão para perdas no ativo		365	(1)	283	(28)
Provisão para perda esperada	12	1.965	2.616	3.356	2.616
Complemento (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques		3.691	(689)	3.766	(608)
Provisão para benefícios a funcionários	35	8.348	8.512	9.052	9.030
Provisão para perdas operacionais		688	942	688	942
Custo da venda dos ativos biológicos	15.b	-	-	107.893	63.887
Resultado na venda de bens		(518)	240	(535)	222
Baixa de arrendamento	19	-	-	(12.036)	(6.134)
Juros e variação monetária sobre ativos monetários		(13.104)	(14.707)	(10.774)	(14.155)
Juros sobre financiamentos	21	2.389	1.577	9.236	10.158
Juros sobre arrendamentos		1.280	450	5.203	1.466
Juros apropriados sobre passivos monetários		293	303	947	390
Complemento (reversão) de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		223	(236)	(1)	(90)
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental		-	-	-	32
Recuperação de crédito junto a fornecedores		(4.043)	-	(4.043)	-
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes		(1.592)	(20.579)	(2.446)	(21.163)
Estoques		(36.397)	(47.216)	(21.543)	(58.048)
Impostos a recuperar		20.312	88.031	19.358	87.778
Adiantamento a fornecedores		2.206	1.043	2.736	1.154
Depósitos judiciais		1.824	192	1.833	236
Precatórios a receber		29.601	-	29.601	-
Ativos biológicos	15	-	-	(85.108)	(93.871)
Outras contas a receber		(5.153)	867	(5.058)	1.702
Fornecedores		(2.365)	25.204	(37.004)	43.507
Obrigações sociais		(7.196)	(7.786)	(7.656)	(8.182)
Obrigações fiscais		5.940	(9.216)	5.705	(9.027)
Outras contas a pagar		4.235	(5.397)	4.707	(5.514)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	21	(2.750)	(1.130)	(12.378)	(6.621)
Juros pagos de arrendaentos	19.b	(1.305)	(372)	(1.564)	(697)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(41.588)	(20.282)	(43.951)	(21.836)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		124.891	125.473	128.758	119.989
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		34.299	(34.284)	34.299	(34.284)
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(14.592)	(27.776)	(54.828)	(72.405)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		(36.862)	-	-	-
Aquisição de intangível	20	(90)	(101)	(146)	(327)
Mútuo com partes relacionadas		-	(5.000)	-	-
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado		766	400	849	420
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(16.479)	(66.761)	(19.826)	(106.596)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos de partes relacionadas, líquidos		339	2.310	339	2.310
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos		-	-	23.756	53.290
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	21	(3.879)	(3.059)	(20.746)	(16.794)
Pagamentos de passivos de arrendamento	19	(4.252)	(3.191)	(5.160)	(4.204)
Pagamentos de parcelamento de tributos		(258)	(134)	(258)	(134)
Pagamento de dividendos / juros sobre capital próprio	28	(22.536)	(28.582)	(22.536)	(28.582)
Caixa líquido preveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(30.586)	(32.656)	(24.605)	5.886
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		77.826	26.056	84.327	19.279
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		86.526	60.470	94.741	75.462
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		164.352	86.526	179.068	94.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto operacional A Companhia Müller de Bebidas ("Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Pirassununga/SP, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação no capital social de outras sociedades, como sócio cotista ou acionista. A Companhia possui a unidade industrial (destilaria) localizada no município de Porto Ferreira/SP (Destilaria Lageado), que produz sua principal matéria-prima; duas unidades para padronização e envasamento das cachaças e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga/SP e a outra unidade no município de Cabo de Santo Agostinho/PE. A sua sede administrativa está localizada no município de Pirassununga/SP. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 93% (98,6% em 2022) do total de produto acabado envazado pela unidade localizada em Pirassununga. Do total da cana-de-açúcar processada por esta unidade, 59,8 % (61,7% em 2022) foram adquiridos da controlada Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Guilherme Müller Filho e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente a acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho/PE, tem por atividade preponderante a padronização, o engarrafamento e a comercialização de cachaças e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 8,8% (8,9% em 2022) do total envasado consolidado, cuja matéria-prima é substancialmente adquirida com terceiros e conta com incentivo fiscal no âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 27. **2. Relação de entidades controladas** Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia possui participação nas seguintes controladas:

Controladas	**Participação - %**
Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. ("Vale do Xingu")	100
Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata")	100

(a) A controlada Vale do Xingu é uma Companhia individual de responsabilidade limitada, com sede no município de Porto Ferreira/SP, foi constituída e estruturada para produzir e comercializar parte significativa de sua produção para com sua parte relacionada Companhia Muller de Bebidas (Destilaria Lageado), conforme mencionado na nota explicativa nº 25.c. Tem como atividades preponderantes: (i) plantio cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros; e (ii) exercer a atividade de prestação de serviços no processo de corte de cana-de-açúcar para a Companhia, além de prestação de serviços de plantio e manutenção das lavouras para o Condomínio GMFO, também no Estado de São Paulo. (b) Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata") A controlada é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Fazenda Centro da Mata, no município de Nova Ubiratã/MT. Em 2014 teve início a cessação das operações pecuárias, realizadas no imóvel rural denominado fazenda Centro da Mata/MT, até então explorada pela cindida Vale do Xingu (cisão realizada em julho de 2014) e a implantação do projeto de exploração da atividades de grãos, aprovado pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral Extraordinária da Controladora, ocorrida em 31/01/2014. Em reunião do Conselho de Administração da Controladora, ocorrida em novembro de 2018 foi aprovado o uso da outorga concedida à empresa, conferindo-lhe o direito de uso dos recursos hídricos para fins de irrigação agrícola. Em 2021, foi concluído os trabalhos de preparo de solo da área destinada ao projeto (8.968 ha) e a cessação da atividade pecuária, tendo sido totalmente eliminada as pastagens e as instalações pecuárias. Os ativos relacionados com a atividade pecuária foram integralmente baixados. Em 2023 foi realizado plantio de soja, em uma área de 4.129 ha (2022 - 8.670 ha), cuja colheita está prevista para os meses de janeiro e fevereiro de 2024. No decorrer de 2023, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 3.722 ha (2022 - 3.028 ha), (ii) feijão em uma área de 1.048 ha (2022 - 658 ha), cujas colheitas foram realizadas em 2023 e (iii) algodão em uma área de 30 ha, plantado e colhido em 2022, , conforme mencionado na nota explicativa nº 15. O projeto prevê que o fluxo de caixa da atividade agrícola será superavitário na medida em que a maturação do solo se consolida, resultando em produtividades crescentes. As necessidades decorrentes da geração insuficiente de caixa vem sendo supridas com recursos de terceiros e da controladora. **3. Base de preparação Declarações de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19/03/2024. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 6 e nota explicativa nº 8. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas** A preparação das demonstrações financeiras requer da Administração da Companhia e de suas controladas uso de estimativas, julgamentos e pressuposições para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua realização, podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente, e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que ocorreu a revisão e em quaisquer exercícios futuros afetados. ***(i)* Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Provisão para perda esperada, conforme nota explicativa nº 12. (b) Provisão para perda na realização dos estoques, conforme nota explicativa nº 13. (c) Valor justo dos ativos biológicos, conforme nota explicativa nº 15. (d) "Impairment" de itens do ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 18. (e) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 26. ***(ii)* Mensuração ao valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requererem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos está incluída nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa n° 15 - ativos biológicos; e • Nota explicativa n° 36 - instrumentos financeiros. **6. Mudanças nas principais políticas contábeis** (i) **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação** A Companhia e suas controladas adotaram o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º/01/2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de demonstagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. *(ii)* **Imposto mínimo complementar global** A Companhia e suas controladas adotaram a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31/12/2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *(iii)* **Informação de políticas contábeis materiais** A Companhia e suas controladas também adotaram a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 8 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **7. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **8. Políticas contábeis materiais** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º/01/2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 6 em determinados casos. **Moeda estrangeira Transações em moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras *(i) Caixa e equivalentes de caixa*** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras designadas pela Administração na contratação como disponíveis para negociação. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração estas serem prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. ***(ii) Aplicações financeiras*** Representadas, basicamente, por cotas de fundos de investimento, com vencimento acima de 90 dias a partir da data de aplicação. Estão classificadas de acordo com a intenção de sua realização como investimentos pela Administração da Companhia. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. **Instrumentos financeiros *(i) Reconhecimento e mensuração inicial*** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente Ativos financeiros - classificação*** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos. Os instrumentos financeiros são classificados como: (i) Custo amortizado quando atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, seus termos contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. São subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. (ii) Valor justo por meio do resultado quando não classificado como custo amortizado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. ***Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas* Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento*** A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. ***(iv) Compensação*** As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros são fornecidas na nota explicativa n° 36. **Contas a receber de clientes** Registradas e mantidas no balanço pelo valor justo dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente, quando aplicável e relevante. A Companhia possui normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. Quando aplicável, é constituída a provisão para perda esperada com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e no índice histórico de perdas incorridas. **Estoques** Demonstrados pelo valor de custo, sendo inferiores aos valores de realização líquidos dos custos para venda. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde, quando aplicável, ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. O custo de grãos transferido de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data da colheita. **Custos de manutenção de entressafra** Os custos de manutenção de entressafra referem-se a realização de manutenções anuais em seus equipamentos, no período de outubro a abril. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra indireto, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Esse montante é alocado no ativo circulante e amortizado durante a safra seguinte. Os valores são mensurados pelo valor de custo, sem nenhum acréscimo de valor justo. E a amortização é reconhecida no resultado. **Ativos biológicos** Correspondem à lavoura de soja, milho, algodão e feijão exploradas pela controlada Centro da Mata e cana-de-açúcar explorada pela Vale do Xingu. O ativo biológico está mensurado ao valor justo, deduzido dos custos necessários para colocar o produto em condição de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 15. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pelas controladas, sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos", na demonstração do resultado. O aumento ou a redução no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no fim do exercício avaliado. **Investimentos em controladas** Avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base nos balanços levantados pelas controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras da Companhia. **Propriedades para investimentos** Representadas por terrenos e edifícios, mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento em operação são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. As propriedades para investimento têm seu o valor justo avaliado e divulgado somente em nota explicativa e apurou o seguinte valor R$ 13.059. **Imobilizado** Compreende substancialmente terrenos, edificações e benfeitorias, reservatórios, tanques e tonéis e as máquinas e equipamentos do processo produtivo. Demonstrado ao valor de custo atribuído em 1º/01/2009, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso; os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente no resultado. As depreciações são calculadas considerando os seguintes anos como vida útil-econômica estimada dos bens:

	Vida útil em anos
Edificações	10 a 50
Benfeitorias	5 a 50
Máquinas, equipamentos e instalações	2 a 20
Máquinas e implementos agrícolas	4 a 10
Reservatórios, toneis e tanques	5 a 72
Equipamentos diversos	10 a 25
Instalações elétricas, telefônicas, hidráulica e logica	10 a 50
Contentores e recipientes	7 a 14
Veículos	3 a 5
Móveis e utensílios	10
Vasilhames de vidro	3
Equipamentos de informática	5
Canaviais	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado. **Arrendamentos** A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. Reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento e parceria agrícola, se houver, nos quais a Empresa seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, usam sua taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Empresa. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem: Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber. Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início. O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. Remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que: O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada). O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Sempre que a Companhia assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Empresa espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial. A Companhia aplica a (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao "Imobilizado". Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica "Outras despesas" no resultado (ver nota explicativa nº 30). Como expediente prático, a (CPC 06 (R2)) permite que o arrendatário não separe componentes de não arrendamento e, em vez disso, contabilize qualquer arrendamento e correspondentes componentes de não arrendamento como um contrato único. A Companhia não usou esse expediente prático. Para contratos que contenham um componente de arrendamento e um ou mais arrendamentos adicionais ou componentes de não arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento com base no respectivo preço individual do componente de arrendamento e preço individual total dos componentes de não arrendamento. Os cálculos estão detalhados na nota explicativa nº 19. **Intangível** Representado pelas licenças de software adquiridas, as quais são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Redução ao valor recuperável ("*impairment*") *(i)* Ativos financeiros não-derivativos *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ("contas a receber de clientes e outros recebíveis"). • A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. ***Mensuração das perdas de crédito esperadas*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. ***Ativos financeiros com problemas de recuperação*** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Com base em sua experiência, não houve recuperação de clientes corporativos após seis meses. **Ativos não financeiros** No fim do exercício/período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos de vida longa para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calculará o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também serão alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor Companhia de unidades geradoras de caixa, podendo uma base de alocação razoável e consistente ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou uma unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, este (ou a unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a nova estimativa de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31/12/2023 e de 2022, não houve necessidade de constituição de provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável, exceto pela provisão sobre as edificações e benfeitorias e instalações pecuárias, conforme mencionado nas notas explicativas nº 18. **Custos dos empréstimos e financiamentos** Os custos de financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização. **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos). Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até o fim de cada exercício, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. **Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável. **Provisões** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim do exercício/período apresentados, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza. A provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **Imposto de renda e contribuição social** O resultado do imposto de renda e da contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Correntes*** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, o que exceder a R$ 240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do resultado tributável. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos ***Diferidos*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pelo saldo líquido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis no ativo ou passivo não circulante, conforme aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Reconhecimento de receitas** As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções, caso aplicável). As receitas operacionais são compostas pela venda de cana-de-açúcar, soja e milho praticadas no mercado interno. A Companhia e suas controladas reconhecem receita das principais fontes de receita a seguir: **Companhia Muller de Bebidas** Comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia. **Vale do Xingu Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda.** Comercialização de cana-de-açúcar, de serviços de mão de obra rural e serviços mecanizados no processo de corte de cana-de-açúcar, bem como para o plantio e tratos culturais da lavoura canavieira. **Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda.** Comercialização de soja, milho, feijão e outros. **Receita e Despesas financeiras** A receita e despesas de juros, atualizações monetárias e ganhos/perdas líquidos de ativos/passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidas no resultado pelo método efetivo. **Subvenção governamental** A Companhia para as operações realizadas pela sua filial estabelecida no Estado de Pernambuco, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMB-NE, conta com incentivo fiscal de âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 27. A receita decorrente de incentivo fiscal de redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS é reconhecida quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que será auferida. É registrado como receita no resultado do exercício, observando-se o regime de competência relacionado com as correspondentes despesas incorridas com esses tributos, e, posteriormente, são destinados para a rubrica "Reserva para incentivos fiscais", no patrimônio líquido. Consequentemente, a demonstração do resultado do exercício apresenta o encargo dos tributos, líquido dos efeitos dos correspondentes incentivos. **Distribuição de dividendos** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas e, quando aplicável, no que for estabelecido em acordo de acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, estabelecido no estatuto social da Companhia ou na legislação societária, somente é provisionado quando e se aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. **Resultado básico e diluído por ação** Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias potenciais diluidoras durante o exercício. **Benefícios a empregados** A Empresa concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, alimentação, plano de previdência privada e participação nos resultados. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência e cessa no término do vínculo empregatício. **Base de consolidação Controladas** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C4C4-C7BF-A55D-1179.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C4C4-C7BF-A55D-1179.

...continuação entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no fim do exercício:

	Vale do Xingu		Centro da Mata	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	32.876	20.494	42.721	85.158
Ativo não circulante	145.119	107.574	183.697	180.913
Ativo total	177.995	128.068	226.418	266.071
Passivo circulante	29.807	17.069	39.217	72.673
Passivo não circulante	74.451	66.603	73.542	92.686
Patrimônio líquido	73.737	44.396	113.659	100.712
Total do passivo e do patrimônio líquido	177.995	128.068	226.418	266.071
Receita líquida de vendas	41.126	31.884	89.638	72.697
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(21.958)	(32.779)	(103.704)	(79.812)
Despesas operacionais	(248)	(71)	(8.119)	(6.830)
Resultado financeiro	(4.974)	(2.778)	(2.741)	(7.719)
Imposto de renda e contribuição social	(4.605)	1.163	8.489	7.342
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.341	(2.581)	(16.437)	(14.322)

Transações eliminadas na consolidação Na consolidação, foram eliminados os saldos e as transações entre as Companhias por meio dos seguintes principais procedimentos: (a) eliminação dos saldos entre as Companhias consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as Companhias consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da Companhia investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas; (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as Companhias consolidadas; e (e) cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável. **Informação por segmento** Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. As informações por segmento em conformidade com o CPC 22 são apresentadas na nota explicativa n° 38. **9. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2023. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º/01/2024. Conforme divulgado na nota explicativa n° 21, a Companhia tem empréstimos e financiamentos que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31/12/2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40) As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2024. A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31/12/2023. (c) Outras normas Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	6.066	4.468	7.169	6.359
Aplicações financeiras	158.286	82.058	171.899	88.382
Total	164.352	86.526	179.068	94.741

A Companhia e suas controladas têm mantido suas aplicações financeiras em instituições bancárias de baixo risco, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o "*rating*" divulgado pelas agências de risco. As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósito bancário – CDBs, Debentures e Letra Financeira, remuneradas a taxa média de 100,3% (104,4% em 2022) da variação do CDI. **11. Aplicações financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundos de investimento	-	34.299	-	34.299
Total	-	34.299	-	34.299

As aplicações financeiras estão representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por títulos privados remunerados a taxa média de 105,1% do CDI em 2022. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa n° 36. **12. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
No mercado interno	133.764	132.435	135.468	133.286
No mercado externo	3.017	3.193	3.017	3.193
Total	136.781	135.628	138.485	136.479
Provisão para perda esperada	(10.364)	(8.839)	(11.755)	(8.839)
Total	126.417	126.789	126.730	127.640

Não há valores de contas a receber dados em garantia. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, na controladora e no consolidado, corresponde a aproximadamente 31 dias em 2023 (33 dias em 2022). Em virtude do rápido giro das contas a receber e da irrelevância dos valores envolvidos, não foi registrado ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas possuem normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. A provisão para perda esperada é constituída com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e do histórico de recebimento da Companhia e de suas controladas, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. O saldo a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	125.076	120.374	127.274	121.225
Vencidas até 90 dias	2.325	6.520	1.831	6.520
Vencidas de 91 a 180 dias	917	1640	917	1.640
Vencidas há mais de 180 dias	8.463	7.094	8.463	7.094
Total das contas vencidas	11.705	15.254	11.211	15.254
Total das contas a receber de clientes	136.781	135.628	138.485	136.479

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro de 2023	8.839	6.223	8.839	6.223
Constituição (reversão) de provisão	1.965	2.616	3.356	2.616
Baixas como incobráveis	(440)	-	(440)	-
Em 31 de dezembro de 2023	10.364	8.839	11.755	8.839

A provisão para perda esperada é registrada na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. Os valores provisionados são baixados quando todos os esforços de cobrança foram esgotados e não existe expectativa de recuperação dos valores a receber. **13. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	14.750	20.623	14.750	20.883
Produtos em elaboração	33.302	21.815	33.302	21.815
Matérias-primas	100.038	88.898	112.594	116.770
Materiais para acondicionamento e embalagem	32.758	24.141	32.743	24.141
Materiais de almoxarifado e outros	12.292	12.506	13.592	13.531
Gastos com entressafra	7.999	-	8.387	-
Total	201.139	167.983	215.368	197.140

Não há estoques da Companhia e de suas controladas oferecidos em garantia. Foi constituída provisão para obsolescência de estoques, no montante de R$ 6.505 (R$ 2.814 em 2022) da Companhia e o montante de R$ 6.832 (R$ 3.066 em 2022) do Consolidado, cuja utilização ou comercialização é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	2.814	3.503	3.066	3.674
Constituição de provisão	4.846	1.298	5.120	1.491
Reversão de provisão	(1.155)	(1.987)	(1.354)	(2.099)
Em 31 de dezembro	6.505	2.814	6.832	3.066

14. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	4.103	3.844	4.355	3.961
Programa de Integração Social - PIS e COFINS (*)	30.532	45.344	31.536	45.639
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI (**)	-	5.708	-	5.708
Instituto Nacional da Previdência Social – INSS	1.233	-	1.243	-
Outros Impostos a Recuperar	66	79	66	59
Total	35.934	54.975	37.200	55.367
Circulante	2.233	24.142	3.489	24.525
Não circulante	33.701	30.833	33.711	30.842
Total	35.934	54.975	37.200	55.367

(*) Do total de R$ 30.532 (R$ 45.344 em 2022) o valor de R$ 31.536 (R$ 45.639 em 2022) consolidado refere-se a crédito das contribuições ao PIS e a COFINS decorrente da exclusão Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de suas bases de cálculo sendo: (i) R$ 30.312 (R$ 28.712 em 2022), relativo a ação judicial impetrada pela incorporada CMBNE, ainda não transitada em julgado, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de abril de 2002 a dezembro de 2015, registrados em virtude de decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13/05/2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. Neste caso, o crédito será compensado, tão logo ocorra o trânsito em julgado e na sequência a homologação do pleito de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. (ii) em virtude do transito em julgado, ocorrido em setembro de 2021, da ação impetrada pela Companhia contemplando os fatos geradores ocorridos no período de março de 2002 a dezembro de 2015, foram efetuadas as compensações parciais desse indébito devidamente atualizado no montante de R$ 79.276 em 2022 e o saldo remanescente de R$ 16.498 em 2023 (R$ 16.948 em 2022). (**) O valor de R$ 5.708 em 2022 refere-se a Imposto sobre Produto Industrializado - IPI, apurado em virtude do trânsito em julgado, ocorrido em dezembro de 2021, de medida judicial impetrada pela Companhia, em que discutia o direito de excluir de sua base de cálculo o valor relativo ao frete das operações de venda CIF, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de junho de 2016 a dezembro de 2021, foi integralmente compensado em 2023. **15. Ativos biológicos** Os ativos biológicos de suas controladas compreendem: (a) cultivo de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu para abastecimento de matéria-prima (cana de açúcar) na produção de aguardente da Companhia e (b) cultivo de soja, milho, algodão, feijão pela controlada Centro da Mata. **a. Composição dos saldos**

	Consolidado			
	2023		2022	
	Área	Valor	Área	Valor
Lavoura de cana-de-açúcar (hectares-ha)	4.642	19.229	4.070	12.012
Lavoura de soja (hectares - ha) (*)	4.129	23.010	8.670	51.730
Lavoura de milho (hectares- ha)	-	7	-	7
Total dos ativos biológicos		42.246		63.749

(*) Em 31/12/2023, a controlada Centro da Mata manteve em pousio 4.541 hectares, para recuperação do solo. **b. Movimentação dos saldos**

	Consolidado					
	Cana-de-açúcar	Soja	Milho	Lavoura de feijão	Demais lavouras	Total
Saldo em 31/12/2021	12.764	50.414	-	-	-	63.178
Variações no valor justo	(11.932)	(17.481)	-	(53)	(144)	(29.610)
Gastos com plantio	21.821	55.136	11.014	5.545	355	93.871
Custo de vendas	(10.641)	(36.332)	(11.014)	(5.545)	(355)	(63.887)
Produtos colhidos e transferidos para os estoques	-	-	-	53	144	197
Saldo em 31/12/2022	12.012	51.737	-	-	-	63.749
Variações no valor justo	5.286	(4.004)	-	-	-	1.282
Gastos com plantio	19.815	34.916	19.596	10.781	-	85.108
Custo de vendas	(17.884)	(59.639)	(19.589)	(10.781)	-	(107.893)
Saldo em 31/12/2023	19.229	23.010	7	-	-	42.246

Em 31/12/2023, a controlada Vale do Xingu possui 4.642 ha (4.070 ha em 2022) de cana-de-açúcar plantada sendo: (i) 127 ha (491 ha em 2022) em terras próprias; e (ii) 4.515 ha (3.579 ha em 2022) em terras de terceiros, a qual, quando colhida, será integralmente vendida à controladora, que a utilizará como matéria-prima na produção de cachaça. Em 31/12/2023, o ativo biológico da controlada Centro da Mata é composto pela lavoura de soja, cultivada em 4.129 ha (2022 – 8.670 ha), com colheita prevista para os meses de janeiro a fevereiro de 2024. Durante o exercício também foi realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 3.722 ha (2022 – 3.028 ha), (ii) feijão em uma área de 1.048 ha (2022 – 658 ha), cujas colheitas e vendas substanciais foram realizadas em 2023, conforme quadro movimentação dos saldos. Em 2022 foram plantado e colhido (iii) algodão em uma área de 30 ha. **c. Determinação do valor justo** O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em todas as data-bases apresentadas nessas demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos é reconhecido no resultado do período na rubrica "Variação no valor justo dos ativos biológicos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou, quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas há poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de venda das *commodities* agrícolas, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital, calculado com base na taxa de risco e o perfil de endividamento do setor no Brasil. Taxa média utilizada em 2023 foi 7,23% a.a. (9,84% a.a. em 2022). O valor justo dos ativos biológicos é formado substancialmente pela cultura de soja e cana-de-açúcar e abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dessas culturas: **d. Lavoura de cana-de-açúcar** Os custos estimados para a cultura de cana de açúcar contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica dos ativos biológicos (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita, Transbordo e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (máquinas e equipamentos); (iv) custos de parceria agrícola e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. A cultura de cana-de-açúcar é iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a planta portadora ou raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco safras. A planta portadora da cana-de-açúcar - soqueira é classificada como ativo imobilizado no ativo não circulante pelo custo de formação e o ativo biológico consumível representado pela cana-de-açúcar a ser colhida ("cana em pé") está mensurado ao valor justo e classificado no ativo circulante. Com base na estimativa de receitas e custos, a controlada Vale do Xingu determina o fluxo de caixa a ser gerado e o traz a valor presente, considerando uma taxa de desconto compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração no fim de cada exercício e são revisados anualmente por ocasião de sua preparação e, se necessário, ajustados, caracterizando, portanto, mensuração de valor justo de nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	2023	2022
Área estimada de colheita (ha) (i)	4.642	4.070
Produtividade prevista (ton/ha) (ii)	86	82
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por tonelada de cana-de-açúcar (kg) (iii)	133	120
Preço médio de ATR (R$) (iv)	1,20	1,15
Taxa de desconto a.a. (v)	7,23%	9,84%

(i) Área total estimada de colheita projetada para ser cortada medida em hectares; (ii) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada (produtividade), medida em toneladas. A produtividade é calculada por talhão de plantação, sendo que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima etc.; (iii) O nível de concentração de açúcar – ATR foi estimado considerando a produtividade média projetada do canavial por idade de corte; (iv) Os preços de venda são determinados com base no preço médio do quilo do ATR – Açúcar Total Recuperável, publicado pelo Conselho dos Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e etanol do Estado de São Paulo – CONSECANA na data da demonstração financeira; (v) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa a qual foi ajustada ao risco da Empresa, o qual é revisado anualmente pela administração. **Análise de sensibilidade** A controlada Vale do Xingu avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/12/2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção em toneladas de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R$ 2.216. Com relação ao volume de produção em toneladas de cana-de-açúcar, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de 19.986 ton. **e. Lavoura de soja** Em 31/12/2023 e de 2022, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo da lavoura de soja:

	2023	2022
Área total estimada da colheita (ha) (i)	4.129	8.670
Produtividade prevista (sc/ha) (ii)	65	57
Preço médio (em reais / sc) (iii)	109,63	147,14
Taxa de desconto (iv)	7,23%	9,84%
Previsão de início da colheita	Janeiro 2024	Janeiro 2023

O ativo biológico soja avaliado pela metodologia da renda em 31/12/2023, considerou que o período de projeção deve ser a partir do estágio R5 de desenvolvimento (este período vai variar de acordo com a variedade de soja plantada e do seu ciclo de produção podendo ser de 1, 2 ou 3 meses.), que é quando se inicia o enchimento do grão, se é possível a realização de estimativa confiável da produtividade esperada. Em 31/12/2023 a area de soja plantada na qual a controlada Centro da Mata pode mensurar o valor justo dos ativos biológicos de forma confiável, foi de 2.762 ha que corresponde ao estágio fenológico R5 (enchimento dos grãos), desta forma, não foi possível mensurar o valor justo dos ativos biológicos de forma confiável. (i) Área total estimada de colheita projetada medida em hectares; (ii) O volume de produção estimado medido em sacas; (iii) Preço médio determinado com base no preço praticável na praça do Estado do Mato Grosso na data da demonstração financeira; e (iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa os quais foram ajustadas ao risco da Empresa, o qual é revisado anualmente pela administração. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração no fim do exercício/período e serão revisados anualmente por ocasião de sua preparação e, se necessário, ajustados. **Análise de sensibilidade** A controlada Centro da Mata avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/12/2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da saca de soja e (ii) volume da produtividade, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da saca de soja resultaria em um aumento ou redução de R$ 1.471. Com relação a produtividade da soja, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de 13.419 sacas. **f. Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas** As controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados às suas plantações. Esses riscos e estratégias da Administração para mitigá-los estão descritos abaixo. ***(i) Riscos regulatórios e ambientais*** As controladas são sujeitas às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos. ***(ii) Gestão de riscos climáticos e outras*** As controlada atuam no segmento do Agronegócio estão sujeitas aos fenômenos climáticos no qual envolvem riscos de secas, incêndios e geadas, além disso, os negócios das controladas estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar nas regiões que opera no Brasil. Entretanto, para mitigar os impactos na produção, as controladas realizam monitoramento constante com objetivo de tomar medidas preventivas na operação, com isso, é possível diminuir consideravelmente os riscos de impactos relevantes. A produção de aguardente depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e, por conseguinte, nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que as controladas iram obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. Adicionalmente, os negócios sujeitos à sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período de maio a novembro de cada ano. Essa situação gera variações nos estoques das controladas, normalmente com alta no final do período de produção, para atendimento das vendas no período de entressafra, aliado a um certo grau de sazonalidade também na lucratividade operacional e geração de caixa, sobretudo nos últimos meses do exercício social. Essa sazonalidade e qualquer redução no volume do açúcar recuperado da matéria-prima poderão ter efeito adverso sobre os resultados operacionais das controladas e na sua geração de caixa. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de soja, e, por conseguinte, nos resultados operacionais, por prejudicarem as lavouras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a controlada irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. **16. Precatórios a receber** O saldo em 2022 (R$ 29.121), referia-se, basicamente, a precatório expedido em novembro de 2020, decorrente de crédito apurado pelo do trânsito em julgado, certificado em maio de 2020, da ação judicial que discutiu a inconstitucionalidade da taxa de ressarcimento de custos de selo de controle de IPI, pagos pela incorporada CMB-NE no período de novembro de 1998 a novembro de 2007, o qual foi recebido em 21/11/2023, no valor líquido de R$ 29.601 (IRRF de R$ 915). Em 2023 o saldo remanescente de R$ 863, refere-se a precatórios emitidos pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, em decorrência de honorários de sucumbência de processo aos quais a Companhia obteve êxito. **17. Investimentos em controladas a. Composição dos saldos**

	2023			2022
	Vale do Xingu	Centro da Mata	Total	Total
Investimento	73.737	113.659	187.396	145.108

b. Adiantamentos para futuro aumento de capital b.1 Vale do Xingu Em 31/10/2023, a Companhia firmou Instrumento de Acordo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a controlada Vale do Xingu, mediante o qual está se obriga a efetuar a concessão de até R$ 20.000 à título de adiantamentos para futuro aumento de capital, conforme deliberação do Conselho de Administração da Controladora realizada em 31/10/2023. Em novembro de 2023, foram concedidos adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R$ 20.000, em moeda corrente. O saldo dos adiantamentos efetuados, será integralmente capitalizado até 30/04/2024, mediante atribuição de uma nova cota de capital a cada R$1,00 integralizado. **b.2 Centro da Mata** Em 29/12/2023 os saldos dos contratos de mútuo, que totalizaram R$ 29.384 foram convertidos em adiantamento para futuro aumento de capital, conforme instrumento firmado entre as partes, nos termos da deliberação do Conselho de Administração da Controladora realizada em 19/12/2023. A capitalização do saldo dos adiantamentos ocorrerá até 30/04/2024, mediante atribuição de uma nova cota de capital a cada R$ 1,00 integralizado. **c. Movimentação dos investimentos em controladas**

	Vale do Xingu	Centro da Mata	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.977	115.034	162.011
Resultado de equivalência patrimonial	(2.581)	(14.322)	(16.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.396	100.712	145.108
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	20.000	29.384	49.384
Resultado de equivalência patrimonial	9.341	(16.437)	(7.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.737	113.659	187.396

18. Imobilizado Composição dos saldos

Controladora

	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	2023	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	2022
Terras e terrenos	14.750	-	-	14.750	15.200	-	-	15.200
Edificações e benfeitorias	133.461	(62.073)	-	71.388	129.863	(59.089)	-	70.774
Máquinas e equipamentos	200.219	(145.474)	-	54.745	196.152	(136.556)	-	59.596
Reservatórios e tonéis	57.399	(37.302)	-	20.097	57.004	(36.072)	-	20.932
Contentores e recipientes	23.479	(12.420)	(365)	10.694	24.017	(12.592)	-	11.425
Equipamentos de informática	4.338	(3.457)	-	881	4.237	(3.505)	-	732
Máquinas e implementos agrícolas	16.312	(10.808)	-	5.504	14.576	(9.878)	-	4.698
Veículos	4.249	(3.280)	-	969	4.246	(3.544)	-	702
Móveis, utensílios e outros	2.778	(2.039)	-	739	2.755	(2.158)	-	597
Total em operação	456.985	(276.853)	(365)	179.767	448.050	(263.394)	-	184.656
Obras em andamento	1.899	-	-	1.899	1.541	-	-	1.541
Total	458.884	(276.853)	(365)	181.666	449.591	(263.394)	-	186.197

Consolidado

	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	2023	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	2022
Terras e terrenos	14.750	-	-	14.750	15.200	-	-	15.200
Edificações e benfeitorias	160.111	(66.242)	-	93.869	151.717	(62.742)	(82)	88.893
Máquinas e equipamentos	200.219	(145.474)	-	54.745	196.152	(136.556)	-	59.596
Máquinas e implementos agrícolas	66.192	(28.017)	-	38.175	55.902	(24.232)	-	31.670
Reservatórios e tonéis	58.014	(37.590)	-	20.424	57.452	(36.327)	-	21.125
Veículos	8.878	(7.161)	-	1.717	8.700	(7.097)	-	1.603
Contentores e recipientes	23.479	(12.420)	(365)	10.694	24.017	(12.592)	-	11.425
Equipamentos de informática	4.827	(3.819)	-	1.008	4.702	(3.757)	-	945
Terras de exploração	145.431	-	-	145.431	142.928	-	-	142.928
Lavoura de cana-de-açúcar	66.355	(14.850)	-	51.505	37.958	(7.938)	-	30.020
Móveis, utensílios e outros	4.979	(2.937)	-	2.042	4.885	(2.941)	-	1.944
Total em operação	753.235	(318.510)	(365)	434.360	699.613	(294.182)	(82)	405.349
Obras em andamento	4.282	-	-	4.282	10.266	-	-	10.266
Total	757.517	(318.510)	(365)	438.642	709.879	(294.182)	(82)	415.615

Movimentação dos saldos

Controladora

	Terras e terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e instalações	Reservatórios e tonéis	Contentores e recipientes	Equipamentos de informática	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Em 31/12/2021	15.200	72.544	45.558	20.906	6.985	397	5.093	1.326	360	168.369	3.914	172.283
Aquisição	-	202	7.267	205	8.070	554	231	-	99	16.628	21.224	37.852
Baixas	-	-	(301)	-	(70)	(4)	-	(259)	(1)	(635)	-	(635)
Transferências	-	1.140	20.923	1.157	-	-	162	25	190	23.597	(23.597)	-
Reversão para perdas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1
Depreciação	-	(3.112)	(13.851)	(1.336)	(3.561)	(215)	(788)	(390)	(51)	(23.304)	-	(23.304)
Em 31/12/2022	15.200	70.774	59.596	20.932	11.425	732	4.698	702	597	184.656	1.541	186.197
Aquisição	-	378	3.063	150	2.999	413	1.736	750	203	9.692	11.992	21.684
Baixas	-	(2)	(10)	-	(118)	(6)	-	(94)	(12)	(242)	-	(242)
Transferências (a)	(450)	3.427	7.812	372	-	-	-	-	23	11.184	(11.634)	(450)
Provisão para perdas	-	-	-	-	(365)	-	-	-	-	(365)	-	(365)
Depreciação	-	(3.189)	(15.716)	(1.357)	(3.247)	(258)	(930)	(389)	(72)	(25.159)	-	(25.159)
Em 31/12/2023	14.750	71.388	54.745	20.097	10.694	881	5.504	969	739	179.767	1.899	181.666

(a) Em 2023 o valor de R$ 450 foi transferido do ativo imobilizado para rubrica de propriedades para investimentos pois está destinados a locação.

Consolidado

	Terras e Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e instalações	Máquinas e Implementos Agrícolas	Reservatórios e tonéis	Veículos	Contentores e recipientes	Equipamentos de informática	Terras de Exploração	Móveis e Utensílios	Lavoura de cana-de-açúcar	Total em operação	Total em Andamento	Total
Em 31/12/2021	15.200	81.102	45.559	22.954	21.097	1.952	6.985	555	134.888	1.596	17.218	349.106	15.894	365.000
Aquisição (a)	-	500	7.267	2.213	239	633	8.070	690	33	359	17.456	37.460	45.418	82.878
Baixas	-	-	(301)	-	-	(259)	(70)	(4)	-	(1)	-	(635)	-	(635)
Transferências	-	11.071	20.922	9.673	1.157	25	-	-	8.007	191	-	51.046	(51.046)	-
Depreciação	-	(3.807)	(13.851)	(3.170)	(1.368)	(748)	(3.561)	(296)	-	(201)	(4.654)	(31.656)	-	(31.656)
Reversão de provisão para perdas	-	27	-	-	-	-	1	-	-	-	-	28	-	28
Em 31/12/2022	15.200	88.893	59.596	31.670	21.125	1.603	11.425	945	142.928	1.944	30.020	405.349	10.266	415.615
Aquisição (a)	-	696	3.063	5.833	334	924	2.999	437	43	344	29.405	44.078	17.843	61.921
Baixas	-	(20)	(10)	(32)	(4)	(94)	(118)	(6)	-	(24)	-	(308)	-	(308)
Transferências	(450)	8.451	7.812	4.663	372	-	-	-	2.506	23	-	23.377	(23.827)	(450)
Depreciação	-	(4.233)	(15.716)	(3.959)	(1.403)	(716)	(3.247)	(368)	-	(245)	(7.920)	(37.807)	-	(37.807)
Reversão de provisão para perdas	-	82	-	-	-	-	(365)	-	(46)	-	-	(329)	-	(329)
Em 31/12/2023	14.750	93.869	54.745	38.175	20.424	1.717	10.694	1.008	145.431	2.042	51.505	434.360	4.282	438.642

(a) As adições ao imobilizado no exercício referem-se substancialmente à aquisição de máquinas industriais e contentores e recipientes pela Controladora, de máquinas e equipamentos agrícolas pelas controlada Centro da Mata e lavouras de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu.

A depreciação do exercício foi alocada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo de produção	23.952	22.174	36.063	30.043
Despesas operacionais	1.206	1.130	1.744	1.613
Total	25.158	23.304	37.807	31.656

Desse montante, a depreciação da mais-valia do custo atribuído monta a R$ 2.056 (R$ 2.080 em 2022) na controladora e R$ 2.074 (R$ 2.100 em 2022) no consolidado. O valor correspondente, líquido dos efeitos tributários, foi transferido da rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" para "Lucros acumulados", a título de realização do custo atribuído, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Anualmente, a Companhia e suas controladas analisam as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 2023, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2022. A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, a administração da Companhia e de suas controladas não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados, exceto pela provisão apresentada a seguir: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em virtude da cessação das operações pecuárias, foi constituída provisão para perdas sobre os ativos relacionados à esta atividade que não apresentavam valor de realização, em 2023 houve reversão total na provisão no montante de R$ 82 (R$ 27 em 2022). **Bens dados em garantia** Em 31/12/2023 e 2022, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos:

	Consolidado					
	2023			2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	-	-	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.076	(436)	640	1.076	(365)	711
Máquinas e implementos agrícolas	18.681	(8.120)	10.561	24.786	(9.443)	15.343
Veículos	571	(363)	208	862	(523)	339
Equipamentos diversos	-	-	-	110	(56)	54
Total	20.328	(8.919)	11.409	26.834	(10.387)	16.447

19. Direito de uso e arrendamento a pagar e parcerias agrícolas Conforme descrito na nota explicativa nº 8.10 a Companhia e suas controladas adotaram para novos contratos de arrendamento e parcerias agrícolas a pagar o CPC 06 (R2). A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola durante o período foi a seguinte: **a. Direito de uso**

Controladora

	Veículos	Imóveis	Eqtos.de processa. de dados	Parceria Agrícola	Ativo de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2021	7.025	7	947	-	7.979
Adições	7.578	-	602	-	8.180
Remensuração	755	-	-	-	755
Crédito de Impostos (PIS e COFINS)	-	-	(57)	-	(57)
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Depreciação	(2.539)	(7)	(348)	-	(2.894)
Saldo em 31/12/2022	12.819	-	1.139	-	13.958
Adições	4.959	-	768	-	5.727
Remensuração	(414)	-	-	-	(414)
Crédito de Impostos (PIS e COFINS)	(103)	-	-	-	(103)
Baixas	-	-	(6)	-	(6)
Depreciação	(3.737)	-	(483)	-	(4.220)
Saldo em 31/12/2023	13.524	-	1.418	-	14.942

Consolidado

	Veículos	Imóveis	Eqtos.de proces. de dados	Parceria Agrícola	Ativo de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2021	7.943	3.011	947	42.923	54.824
Adições	7.578	316	602	13.906	22.402
Remensuração	872	(26)	-	38	884
Crédito de Impostos (PIS e COFINS)	-	-	(57)	-	(57)
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Depreciação / Amortização	(2.875)	(658)	(348)	(6.134)	(10.015)
Saldo em 31/12/2022	13.518	2.643	1.139	50.733	68.033
Adições	4.959	-	768	15.170	20.897
Remensuração	(404)	526	-	8.814	8.936
Crédito de Impostos (PIS e COFINS)	(103)	-	-	-	(103)
Baixas	-	-	(6)	-	(6)
Depreciação / Amortização	(4.123)	(580)	(483)	(9.500)	(14.686)
Saldo em 31/12/2023	13.847	2.589	1.418	65.217	83.071

b. Arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas

Controladora

	Saldo dos compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente dos arrendamentos	Passivo de Arrendamento a Pagar
Saldo em 31/12/2021	8.403	(472)	7.931
Adições	12.265	(4.085)	8.180
Remensuração	994	(239)	755
Pagamentos de principal	(3.191)	-	(3.191)
Pagamentos de juros	(372)	-	(372)
Apropriação de encargos financeiros	-	450	450
Saldo em 31/12/2022	18.099	(4.346)	13.753
Adições	5.727	-	5.727
Remensuração	(414)	-	(414)
Pagamentos efetuados	(4.252)	-	(4.252)
Pagamentos de juros	(1.305)	-	(1.305)
Apropriação de encargos financeiros	-	1.280	1.280
Saldo em 31/12/2023	17.855	(3.066)	14.789

	2023	2022
Passivo circulante	5.118	4.006
Passivo não circulante	9.671	9.747
Total	14.789	13.753

Consolidado

	Saldo dos compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente dos arrendamentos	Passivo de Arrendamento a Pagar
Saldo em 31/12/2021	68.441	(13.409)	55.032
Adições	31.555	(9.153)	22.402
Remensuração	(173)	1.057	884
Pagamentos de principal	(4.204)	-	(4.204)
Pagamentos de juros	(697)	-	(697)
Baixa mediante entrega de produtos (*)	(6.134)	-	(6.134)
Apropriação de encargos financeiros	-	1.466	1.466
Saldo em 31/12/2022	88.788	(20.039)	68.749
Adições	28.607	(7.710)	20.897
Remensuração	11.732	(2.796)	8.936
Pagamentos de principal	(5.109)	(51)	(5.160)
Pagamentos de juros	(1.564)	-	(1.564)
Baixa mediante entrega de produtos (*)	(12.036)	-	(12.036)
Apropriação de encargos financeiros	-	5.203	5.203
Saldo em 31/12/2023	110.418	(25.393)	85.025

	2023	2022
Passivo circulante	18.425	13.157
Passivo não circulante	66.600	55.592
Total	85.025	68.749

(*) Baixa refere-se a realização dos contratos de Parceria Agrícola pela controlada Vale do Xingu, na qual é entregue 25% da cana-de-açúcar colhida ao parceiro outorgante, conforme nota explicativa nº 37.b. Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	2023		2022	
Ano	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2024	-	-	3.715	15.985
2025	2.605	19.353	1.088	13.162
2026	2.565	16.893	1.268	10.788
2027	2.507	13.933	1.479	9.044
2028	1.564	8.820	2.197	6.613
2029	430	3.376	-	-
2030	-	845	-	-
2031	-	845	-	-
2032	-	845	-	-
2033	-	845	-	-
2034	-	845	-	-
Total	9.671	66.600	9.747	55.592

20. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares	Total	Softwares	Total
Saldo em 31/12/2021	502	502	697	697
Aquisição	101	101	327	327
Amortização	(160)	(160)	(222)	(222)
Saldo em 31/12/2022	443	443	802	802
Aquisição	90	90	146	146
Amortização	(167)	(167)	(263)	(263)
Saldo em 31/12/2023	366	366	685	685

A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável desse ativo. Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, a Administração da Companhia e de suas controladas não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis. **21. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Indexador	Taxa anual	Vencimento	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
FINAME	TJLP/TLP (*)	4,08%	Mar/2026	308	564	1.475	1.690
FINAME	-	6,80%	Jul/2030	195	456	7.453	8.726
Financiamentos	CDI	2,75%	Dez/2027	17.259	13.890	17.259	13.890
Capital de giro	CDI	4,36%	Ago/2035	-	-	45.537	25.120
Capital de giro	USD	4,86%	Ago/2035	-	-	38.165	49.519
Financiamento do Centro Oeste - FCO		9,75%	Mai/2027	-	-	19.568	23.552
Total				17.762	14.910	129.457	122.497
Passivo circulante				5.538	4.099	35.157	25.549
Passivo não circulante				12.224	10.811	94.300	96.948
Total				17.762	14.910	129.457	122.497

Informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa nº 36. (*) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. **Termos e cronograma de amortização da dívida** Os termos e condições dos empréstimos em aberto são: FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos: Os recursos foram captados com o BNDES e liberados por agentes financeiros credenciados para aquisição de máquinas e equipamentos industriais e veículos, garantidos por alienação fiduciária dos veículos e dos equipamentos. O valor residual dos bens alienados fiduciariamente em 2023, apresentado na nota explicativa nº 18, é de R$ 11.409 (R$ 16.447 em 2022). Outras garantias: FCO - hipoteca das matrículas 2.207, 2.363, 2.365, 2.366, 2.367 e 2.368 que compõem parte do imóvel denominado Fazenda Centro da Mata registrada pelo montante de R$ 75.420 (R$ 73.952 em 2022) líquido de depreciação. As operações de arrendamento mercantil de veículos e máquinas e equipamentos demonstradas na nota explicativa nº 19 e que se referem aos bens adquiridos pela Companhia e por suas controladas por meio de operações de arrendamento, para as quais os próprios bens são oferecidos como garantia fiduciária. Os valores envolvidos nessas operações são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	2.297	2.144
Depreciação acumulada	(693)	(2.114)
Saldo contábil, líquido	1.604	30

As parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Ano	2023	2022	2023	2022
2025	5.388	3.983	33.262	27.150
2026	4.119	3.389	31.703	26.704
2027 a 2035	2.717	3.439	29.335	43.094
Total	12.224	10.811	94.300	96.948

Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia possui cláusulas de *covenants* não financeiros. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo anterior	14.910	7.446	122.497	71.991
Captações de novos financiamentos	7.092	10.076	30.848	63.763
Amortização de principal	(3.879)	(3.059)	(20.746)	(16.794)
Amortização de juros	(2.750)	(1.130)	(12.378)	(6.621)
Atualização monetária	2.389	1.577	9.236	10.158
Saldo final	17.762	14.910	129.457	122.497

22. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de matérias-primas (*)	51.584	52.639	62.015	105.679
Fornecedores de propaganda e publicidade	2.596	968	2.596	968
Outros fornecedores nacionais	4.917	8.126	14.336	9.662
Fornecedores em moeda estrangeira	601	330	601	330
Total	59.698	62.063	79.548	116.639

A informação sobre a exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa n° 36. **23. Obrigações sociais**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e encargos	3.609	2.471	4.092	2.896
Férias e encargos	8.922	7.445	9.924	8.302
Participação sobre os lucros	7.207	8.669	8.025	9.446
Total	19.738	18.585	22.041	20.644

24. Obrigações fiscais a. Impostos e contribuições a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	12.554	11.966	12.554	11.966
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	16.180	11.969	16.184	12.007
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.921	4.814	5.976	4.960
Outras	1.429	1.353	1.912	1.621
Total	36.084	30.102	36.626	30.554
Passivo circulante	35.178	29.270	35.720	29.722
Passivo não circulante	906	832	906	832
Total	36.084	30.102	36.626	30.554

b. Imposto de renda e contribuição social a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.002	9.318	4.764	10.417
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.588	2.313	2.181	2.654
Total	4.590	11.631	6.945	13.071

25. Partes relacionadas a. Controladora A Companhia é controlada por pessoas físicas que detêm 86% das ações do capital social e 14% por pessoas jurídicas. **b. Remuneração do pessoal-chave da Administração** O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de administração e os diretores. A remuneração paga ou a pagar por seus serviços e responsabilidades está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Honorários	5.551	6.470	6.140	7.017
Indenizações	-	501	-	501
Encargos sociais	3.858	5.009	4.100	5.180
Total	9.409	11.980	10.240	12.698

A remuneração dos Administradores para o exercício findo em 31/12/2023 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 27/04/2023 (AGO realizada em 29/04/2022). As indenizações foram aprovadas em reuniões extraordinárias do conselho de administração realizadas em 11/08/2022 e em 13/12/2022. **c. As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia com a controlada Vale do Xingu:**

	2023	2022
Receita - outros materiais adquiridos	4.152	5
Despesas com arrendamento	-	95
Compra de matéria-prima - cana-de-açúcar	37.999	26.163
Compra de serviços agrícolas (corte e carregamento de cana-de-açúcar)	317	306
Total	38.316	26.564
Ativo circulante contas a receber	129	41

d. As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia e controladas com a parte relacionada Condomínio GMFO:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos serviços agrícolas	-	-	4.130	6.793
Compra de matéria-prima - cana-de-açúcar	12.739	20.028	12.739	20.028
Total	12.739	20.028	16.869	26.821

As operações de compra de cana-de-açúcar com partes relacionadas são realizadas, observando-se os preços do ATR sugeridos pelo Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – CONSECANA, com base em 120 kgs de ATR por tonelada, conforme contratos firmados entre as partes. A controlada Vale do Xingu presta serviços no processo de corte e carregamento de cana-de-açúcar para a Companhia e de plantio e de tratos culturais da lavoura canavieira ao Condomínio GMFO, conforme contratos firmados entre as partes, valorizados com base nas diárias e horas máquinas incorridas. O valor é fixado com base nos custos efetivamente incorridos e nos impostos incidentes, acrescido de margem de 5%. As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia com seus acionistas - pessoas físicas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Acionistas - pessoas físicas:				
Rendimentos financeiros do ativo não circulante	273	1.626	273	1.626
Total	273	1.626	273	1.626

e. Os saldos no fim do exercício, decorrentes das operações realizadas, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante:				
Condomínio GMFO (i)	-	161	-	161
Centro da Mata (ii)	-	9.775	-	-
Acionistas pessoas físicas (iii)	418	253	418	253
Total do ativo não circulante	418	10.189	418	414
Passivo circulante:				
Acionistas (iv)	20.741	14.085	20.741	14.085
Total do passivo circulante	20.741	14.085	20.741	14.085

(i) Refere-se a concessão de empréstimos ao Condomínio GMFO nos termos do instrumento de contrato de mútuo, firmado entre as partes, sujeito à remuneração calculada com base em 104% da variação da taxa do CDI, integralmente quitado em 2023. (ii) Refere-se a concessão de empréstimos à controlada Centro da Mata nos termos dos contratos de mútuo, firmados entre as partes em 2021, 2022 e 2023, sujeito à remuneração calculada com base em 108% para 2021, 103% para 2022 e de 100% para 2023 da variação da taxa do CDI. Em 29 de dezembro de 2023 os saldos dos contratos de mútuo, que totalizaram R$ 29.384 foram convertidos em adiantamento para futuro aumento de capital, conforme nota explicativa n° 17.b2. (iii) Referem-se aos valores a receber de acionistas relativos a débitos diversos, sujeitos à remuneração calculada com base em 98,5% da variação da taxa do CDI. (iv) Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios, sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, os quais foram calculados, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, à razão de 25%. **26. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas** Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas, bem como na opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Controladora

	2023		2022	
Tipos de ação	Provável	Possível	Provável	Possível
Tributárias nas esferas:				
Judicial	22.545	84.482	21.273	62.410
Administrativa	2.451	31.656	2.810	37.040
Trabalhista	1.958	10.472	1.842	4.311
Cíveis	-	10.940	-	10.568
	26.954	137.550	25.925	114.329
Depósitos judiciais vinculados	(22.973)	(49.969)	(21.886)	(32.413)
Total da provisão	3.981		4.039	
Passivo não circulante	3.981		4.039	
Total	3.981		4.039	

Consolidado

	2023		2022	
Tipos de ação	Provável	Possível	Provável	Possível
Tributárias nas esferas:				
Judicial	23.977	84.497	22.212	62.425
Administrativa	2.451	97.242	2.810	97.486
Trabalhistas	1.957	10.527	1.858	4.340
Cíveis	-	10.940	-	10.568
	28.385	203.206	26.880	174.819
Depósitos judiciais vinculados	(24.381)	(49.989)	(22.809)	(32.436)
Total da provisão	4.004		4.071	
Passivo não circulante	4.004		4.071	
Total	4.004		4.071	

O valor provisionado está substancialmente representado pelas seguintes ações: (a) Contestação de autos de infração do IPI relacionado a atualização pela TRD: A Companhia provisiona o montante de R$ 9.335 (R$ 8.992 em 2022), em virtude de ter efetuado a atualização monetária dos valores indevidamente recolhidos a título de IPI, com base na Taxa Referencial Diária - TRD, no período anterior a 31/12/1991. continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C4C4-C7BF-A55D-1179.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C4C4-C7BF-A55D-1179.

Continuação... compensando-a com parcelas vincendas de IPI, os quais se encontram garantidos por depósitos judiciais. (b) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - diferença de adicional - Fator Acidentário de Prevenção - FAP/Seguro de Acidente do Trabalho - SAT: A Companhia e a controlada Vale do Xingu estão questionando judicialmente a exigência do adicional do SAT, cujo saldo na controladora em 31/12/2023 é de R$ 12.688 (R$ 11.781 em 2022) e no consolidado R$ 12.922 (R$ 11.994 em 2022), garantidos por depósitos judiciais. (c) Processos relacionados a responsabilidade solidária no recolhimento do ICMS sobre operações de remessa/retorno de vasilhames: O valor apresentado refere-se, basicamente, a autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais exigindo da Companhia o recolhimento do ICMS supostamente devido em operações de remessa de vasilhames realizadas pela Companhia para clientes posteriormente declarados inidôneos pelo Fisco do Estado de São Paulo. Os valores discutidos são: R$ 520 em 2023 (R$ 501 em 2022), sendo classificado como perda provável e garantido integralmente por depósito judicial. A movimentação na provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Em 1º janeiro	25.925	25.849	26.880	26.587
Constituição de provisão	3.816	4.831	4.061	5.158
Atualização	1.252	312	1.504	383
Baixa de provisão	(4.039)	(5.067)	(4.060)	(5.248)
Em 31 de dezembro	26.954	25.925	28.385	26.880
Depósitos judiciais vinculados	(22.973)	(21.886)	(24.381)	(22.809)
Em 31 de dezembro	3.981	4.039	4.004	4.071

Processos com riscos classificados como perdas possíveis As ações de perda possível, para as quais não foi constituída provisão conforme determinado pelas práticas contábeis, estão representadas substancialmente por: **Processos com depósitos judiciais** Execução Fiscal selos de controle de IPI: Ajuizada em setembro de 2019, pela União Federal contra a Companhia exigindo o pagamento de valores devidos pelo fornecimento de selos de controle de IPI no período de fevereiro de 2001 a outubro de 2007. A Execução Fiscal (EF) ajuizada pleiteia o pagamento no valor R$ 70.583 e reconhece que a Companhia já recolheu R$ 34.868, a título de parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, o qual não foi acatado pela Receita Federal do Brasil. Assim, a União Federal deu prosseguimento da ação com a penhora do valor de R$35.715. Os fatos tratados na Execução Fiscal decorrem de discussão travada há muitos anos pela Companhia e que tem por objeto a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da taxa de fornecimento dos selos de IPI, bem como o processo que discutia o direito de a Companhia parcelar os débitos de selos de IPI junto ao programa de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Essa tese já foi julgada pelos Tribunais, tendo entendido o Supremo Tribunal Federal - STF e o Superior Tribunal de Justiça - STJ pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade da cobrança da referida taxa. A Companhia apresentou sua defesa (exceção de pré-executividade), contudo não obteve êxito e em novembro de 2019 foram penhorados R$ 35.715 da sua conta corrente e, também, efetuado depósito judicial complementar de R$15, totalizando R$ 35.731, que atualizados perfazem o montante de R$ 47.017 (R$ 42.536 em 2022). A administração considerou que a possibilidade de perda nessa defesa é (i) possível em relação ao pedido principal da exceção de pré-executividade, no valor de R$ 47.017 (R$ 42.536 em 2022) e (ii) provável em relação ao pedido subsidiário, objeto dos Embargos à Execução Fiscal, no valor de R$ 13.101 (R$ 11.850 em 2022), tendo em vista decisão desfavorável proferida pelo TRF3 e a baixa hipótese de reversão desta decisão perante o STJ. Esse pedido trata da revisão do valor do C.D.A, uma vez que foram incluídos valores já quitados, atualmente aguarda-se a admissibilidade do Recurso Especial interposto pela Companhia, em setembro de 2023. A possibilidade de perda nesse caso foi conforme corroborado pelos assessores legais da Companhia. Processo com outras garantias (a) Auto de infração de cobrança de IPI por suposto enquadramento inicial incorreto: A controladora, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE, em virtude de decisão administrativa desfavorável publicada em 2017, passou a discutir judicialmente autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais, no montante atualizado de R$ 32.194 (R$ 30.490 em 2022), referente ao IPI por supostas infrações de enquadramento e reenquadramento de produtos. Nos autos desta demanda, para fins de suspensão do suposto débito, a Companhia apresentou seguro-garantia do valor atualizado. (b) Processo administrativo relacionado a não tributação da mais valia do processo de cisão da Vale do Xingu e consequente incorporação dos bens pela Centro da Mata: Em maio de 2019, as Companhias Vale do Xingu e Centro da Mata receberam autos de infração nos quais se questionam o fato de terem deixado de tributar, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro ("CSL"), sobre eventual ganho de capital, decorrente da baixa do imóvel rural denominado Fazenda Centro da Mata, transferido em operação de cisão parcial da Vale do Xingu para a Centro da Mata, tendo como base de cálculo o valor do patrimônio cindido na operação relativo ao custo atribuído (*"deemed cost")*. O valor atualizado de R$ 65.587 (R$ 60.446 em 2022), já considerando multa de ofício de 75% e juros SELIC. Tendo em vista o montante envolvido nos autos de infração alusivos ao período-base encerrado em 1/07/2014, as autoridades fiscais requereram o arrolamento dos bens das referidas empresas , no montante de R$ 68.533, sendo R$ 15.648 da Vale do Xingu, relativo ao imóvel rural denominado Fazenda São Lucas e R$ 52.885 da Centro da Mata, relativo ao imóvel rural denominado Fazenda Centro da Mata. A administração considerou que as possibilidades de perda nessas defesas são possíveis, conforme corroborado pela Opinião Legal emitida pelos assessores legais da empresa. **Processos administrativos sem depósitos judiciais e recursais** Os processos administrativos, classificados com probabilidade de perda possível, são compostos, basicamente, por: (a) Processos administrativos relacionados a responsabilidade solidária no recolhimento do ICMS substituição tributária: (i) autos de infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal, os quais estão sendo discutidos administrativamente, que exigem da Companhia o recolhimento de ICMS/ST e adicional no valor atualizado de R$ 27.323 (R$ 25.725 em 2022), relativo a operações realizadas com contribuintes posteriormente declarados inidôneos pelo Fisco Estadual. (b) Processos relacionados a responsabilidade solidária no recolhimento do ICMS sobre operações de remessa/retorno de vasilhames: o valor apresentado refere-se, basicamente, a autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais exigindo da Companhia o recolhimento do ICMS supostamente devido em operações de remessa de vasilhames realizadas a clientes posteriormente declarados inidôneos pelo Fisco do Estado de São Paulo. Os valores discutidos são R$ 2.477 (R$ 4.344 em 2022). (c) Auto de infração lavrado em 2022 pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco ICMS PRODEPE: refere-se a glosa de crédito presumido de ICMS período de 2019 e 2020 no montante de R$ 4.589. Em novembro de 2023, foi realizada a quitação do crédito tributário após a adesão ao Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários – PERC, no valor de R$ 526. Atualmente, aguarda-se o encerramento do processo administrativo e a baixa do débito no sistema. **Depósitos judiciais - apresentados no Realizável a Longo Prazo** Os depósitos judiciais apresentados no realizável a longo prazo que não estão vinculados a riscos com perdas consideradas possíveis e remotas, sendo:

Controladora	2023 Possíveis	2023 Remotas	2022 Possíveis	2022 Remotas
Depósitos e bloqueios judiciais				
Tributários	49.779	4.005	31.920	18.028
Trabalhistas	190	5	493	949
Cíveis	-	407	-	225
	49.969	4.417	32.413	19.202
Em 31 de dezembro		54.386		51.615

Consolidado	2023 Possíveis	2023 Remotas	2022 Possíveis	2022 Remotas
Depósitos e bloqueios judiciai				
Tributários	49.794	4.005	31.936	18.028
Trabalhistas	194	5	500	955
Cíveis	-	407	-	225
	49.988	4.417	32.436	19.208
Em 31 de dezembro		54.405		51.644

27. Subvenção governamental A Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE conta com incentivo fiscal de âmbito estadual a seguir especificado: Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE: **(i) PRODEPE – Indústria:** Esse benefício corresponde a redução, consoante o Decreto nº 28.150/05, prorrogado pelo Decreto nº 35.335/10, de 75% do ICMS devido sobre as operações realizadas até setembro de 2022, sendo apurado, como previsto na Lei nº 12.226/02, sob a forma de crédito presumido. Em 2022 o Decreto 52.176, concedeu a segunda prorrogação a esse incentivo, que terá vigência de outubro de 2022 a dezembro de 2032, passado a redução do ICMS apurado para 67,5%. Em dezembro de 2022, foi publicado o Decreto 54.349/22, reestabelecendo o benefício de redução a 75%, com vigência a 1º/01/2023. **(ii) PRODEPE – central de distribuição** Consoante aos Decretos 52.097/21 e 54.244/22, benefício de crédito presumido do ICMS no percentual de 3% incidente sobre: (a) o valor da transferência de mercadoria de estabelecimento localizado em outra Unidade da Federação, sem prejuízo do aproveitamento dos demais créditos; e (b) o valor total das saídas promovidas pela central de distribuição nas operações interestaduais, com vigência até dezembro de 2032. No exercício findo em 31/12/2023 ambos os incentivos totalizaram R$ 2.979 (R$ 2.099 em 2022). Esse valor é reconhecido no resultado e reclassificado no Patrimônio líquido, de lucros acumulados para a rubrica "Reserva para Incentivos Fiscais", em 31/12/2023 totaliza R$ 13.270 (R$ 10.291). **28. Patrimônio Líquido a. Capital social** Em 31/12/2023 e de 2022, o capital social está representado por 1.580.489 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2023 foi deliberada a capitalização do saldo remanescente da conta "Lucros à Disposição da Assembleia", sem emissão de novas ações, no valor total de R$ 116.850 elevando o capital social de R$ 380.377 para R$ 497.227. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2022 foi deliberada a capitalização de R$ 110.512 relativo à parte do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2021, no montante de R$ 44.894 acrescido de R$ 65.618 relativo à reversão parcial da conta de "Retenção de Lucros", sem emissão de novas ações. **b. Reserva para incentivos fiscais** Corresponde aos valores decorrentes de incentivos fiscais de reduções havidas no âmbito do ICMS, conforme mencionados na nota explicativa nº 27, no valor R$ 13.270 (R$ 10.291 em 2022). **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se ao ajuste do ativo imobilizado pelo custo atribuído registrado em 1º/01/2009 na Companhia e em suas controladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, e realizado na proporção das depreciações e baixas dos bens reavaliados, conforme nota explicativa nº 18. **d. Reservas de lucros *Reserva legal*** A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% sobre o capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Em 2023 foi destinado a esta conta o valor de R$ 4.451 (R$ 3.002 em 2022), que totaliza R$ 31.033 (R$ 26.582 em 2022). ***Reserva para investimentos*** Trata-se de reserva para projetos de investimento da Companhia e de suas controladas, nos termos do Art. 196 da Lei das S/A que totalizam R$ 538.545 (R$ 511.516 em 2022), dos quais R$151.210 (R$ 122.697 em 2022) com recursos próprios, limitada ao saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações legais obrigatórias (reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios) no valor de R$148.396. Essa reserva será destinada a aplicação em investimentos futuros, que visa financiar parte do orçamento de capital, preparado pela Diretoria, compreendendo aquisição de máquinas, equipamentos e desenvolvimento do parque industrial. O valor foi proposto pela Administração para posterior aprovação dos acionistas em Assembleia a ser realizada em 2024. **e. Lucros à disposição da Assembleia** O saldo em 31/12/2022, no valor de R$ 116.850, relativo a saldo de lucros remanescentes de períodos anteriores foi integralmente capitalizado, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27/04/2023. **f. Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais *(i)*** Dividendo mínimos obrigatórios propostos – a proposta de dividendo mínimo obrigatório consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada a razão de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, em especial, no disposto nos artigos 196 e 197. Para fins de determinação da base de cálculo dos dividendos, a Administração, observando o deliberado na Assembleia Geral Ordinária, que aprovou as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos a partir de 31/12/2014, aplicou o ajuste decorrente dos efeitos da realização do custo atribuído. Segue adiante o demonstrativo de cálculo desses dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	89.011	60.054
Reserva legal	(4.451)	(3.002)
Incentivos fiscais	(2.979)	(2.099)
Realização do custo atribuído	1.381	1.385
Base de cálculo dos dividendos	82.962	56.338
Dividendos mínimos obrigatórios propostos – 25%	20.741	14.085
Dividendo por ação em reais	13,12	8,91

Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando e na medida em que forem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. ***(ii)*** Dividendo adicionais: Por deliberação de Assembleia geral de acionistas procedeu-se à distribuição de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, limitado a 40% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do estatuto social da Companhia e no Acordo de Acionistas, a saber:

Exercício social findo em	Data da realização da AGO	Valores R$	Dividendo por ação (Em R$)
31/12/2022	27/04/2023	8.451	5,35

Conforme deliberado na mencionada Assembleia, o dividendo relativo ao exercício social findo em 2022, no valor de R$ 22.536 foi pago a título de juros sobre o capital próprio, calculados nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, deduzidos do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, no valor líquido de R$ 19.155. O dividendo relativo ao exercício findo em 2021 pago em 2022, de acordo com a assembleia de acionistas foi deliberado o dividendo mínimo obrigatório de 25%, valor de R$ 40.527, pago da seguinte forma: (i) R$ 21.500 (R$ 18.275 líquido de IRRF) a título de juros sobre o capital próprio e (ii) R$ 19.027 a título de dividendos, perfazendo o montante líquido de R$ 37.302, dos quais R$ 8.720 foi liquidado mediante compensação de débito de acionista junto a Companhia. ***(iii)*** Juros sobre o capital próprio Juros sobre Capital Próprio ou "JCP" são os juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26/12/1995. O acionista poderá deliberar em assembleia que o dividendo obrigatório a ser pago pela Companhia deverá ser sob a forma de JCP, nos termos da legislação vigente. **29. Receita líquida de vendas e serviços** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Mercado interno	1.115.543	1.068.506	1.221.157	1.156.083
Mercado externo	24.287	22.879	24.287	22.879
Receita bruta	1.139.830	1.091.385	1.245.444	1.178.962
IPI	(144.855)	(150.154)	(144.855)	(150.154)
ICMS	(113.283)	(113.886)	(113.278)	(113.849)
COFINS	(63.887)	(59.838)	(64.298)	(60.362)
PIS	(13.870)	(12.991)	(13.960)	(13.104)
ISS	(70)	-	(201)	(202)
Contribuição sobre a produção rural	-	-	(4.152)	(3.266)
Devoluções e cancelamentos de vendas	(4.962)	(7.243)	(17.462)	(14.208)
Receita líquida das vendas	798.903	747.273	887.238	823.817
Classificadas como:				
Vendas de produtos	798.903	747.273	793.483	744.327
Vendas de ativo biológico e produto agrícola	-	-	89.638	72.697
Vendas de serviços	-	-	4.117	6.793
Total	798.903	747.273	887.238	823.817

30. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Consumo de matérias-primas e materiais	(406.166)	(374.792)	(396.528)	(378.014)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(128.888)	(122.372)	(135.458)	(127.545)
Manutenção, melhorias e limpeza	(8.390)	(7.007)	(11.996)	(10.157)
Depreciação e amortização	(29.616)	(26.432)	(52.827)	(41.966)
Despesas com vendas e exportações	(32.872)	(33.270)	(32.872)	(33.270)
Despesas com propaganda, publicidade e eventos	(36.080)	(52.042)	(36.080)	(52.042)
Baixas de bens do imobilizado	(248)	(239)	(314)	(241)
Expedição, fretes e carretos	(15.270)	(20.152)	(20.737)	(24.083)
Energia, tarifas e locações	(12.137)	(12.807)	(16.328)	(16.495)
Serviços prestados por terceiros	(12.975)	(13.900)	(16.494)	(17.961)
Despesas Agrícolas e florestais	-	-	(55.586)	(43.242)
Outras receitas	4.427	4.018	4.427	4.018
Outras despesas	(14.193)	(11.524)	(13.215)	(20.976)
Total	(692.408)	(670.519)	(784.008)	(761.974)
Classificadas como:				
Custo das vendas de produtos	(519.416)	(479.867)	(598.974)	(558.744)
Custo das vendas de serviços	-	-	(3.675)	(5.582)
Subtotal custo dos produtos vendidos	(519.416)	(479.867)	(602.649)	(564.326)
Despesas com vendas	(114.818)	(129.193)	(114.818)	(129.193)
Despesas gerais e administrativas	(57.224)	(60.883)	(63.952)	(67.531)
Outras despesas	(10.675)	(7.317)	(12.688)	(8.056)
Outras receitas	9.725	6.741	10.099	7.132
Total	(692.408)	(670.519)	(784.008)	(761.974)

31. Resultado financeiro

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	(3.669)	(2.048)	(15.071)	(10.899)
Demais despesas	(592)	(651)	(1.745)	(2.145)
Variação Cambial	(2.676)	(3.390)	(8.512)	(10.292)
Total das despesas financeiras	(6.937)	(6.089)	(25.328)	(23.336)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	13.522	7.858	14.639	9.329
Juros sobre partes relacionadas	3.342	2.604	926	2.049
Atualização de outros ativos monetários	6.201	5.183	6.295	5.279
Atualização de Indébitos Tributários	3.636	7.706	3.636	7.706
Variação cambial	1.610	2.223	9.904	8.272
Outras receitas	1.154	1.366	4.795	1.126
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.097)	(930)	(1.151)	(1.001)
Total das receitas financeiras	28.368	26.010	39.044	32.760
Resultado financeiro	21.431	19.921	13.716	9.424

32. Despesa de imposto de renda e contribuição social Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que possam ser utilizados na compensação dos passivos diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias a tributar. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora Ativos/ Passivos 2023	Controladora Ativos/ Passivos 2022	Controladora Resultado 2023	Controladora Resultado 2022	Consolidado Ativos/ Passivos 2023	Consolidado Ativos/ Passivos 2022	Consolidado Resultado 2023	Consolidado Resultado 2022
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	13.676	7.101	6.575	1.268
Valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	2.243	2.664	(421)	10.068
Provisão temporárias	10.323	7.838	2.485	30	11.186	8.192	2.994	47
Tributos Exigência Suspensa	2.462	2.462	-	-	2.868	2.774	94	141
Total do ativo fiscal diferido	12.785	10.300	2.485	30	29.973	20.731	9.242	11.524
Custo atribuído ao imobilizado	(17.972)	(18.671)	699	707	(42.455)	(43.166)	711	714
Depreciação vida útil revisada - Lei 11.638	(14.461)	(14.264)	(197)	(1.153)	(14.461)	(14.264)	(197)	(1.153)
Exclusão ICMS base PIS-COFINS e IPI s/Frete e seguro	(3.397)	(4.831)	1.434	14.035	(3.397)	(4.831)	1.434	14.035
Outras diferenças temporárias	(10.858)	(9.207)	(1.651)	(1.424)	(10.329)	(9.075)	(1.254)	(1.427)
Total do passivo fiscal diferido	(46.688)	(46.973)	285	12.165	(70.642)	(71.336)	694	12.169
Imposto diferido líquido	(33.903)	(36.673)	2.770	12.195	(40.669)	(50.605)	9.936	23.693

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Controladora 1º/01/2023	Controladora Reconhecido no Resultado	Controladora Saldo em 31 de Dezembro Valor Líquido	Controladora Saldo em 31 de Dezembro Passivo Fiscal Diferido	Consolidado 1º/01/2023	Consolidado Reconhecido no Resultado	Consolidado Saldo em 31 de Dezembro Valor Líquido	Consolidado Saldo em 31 de Dezembro Ativo Fiscal Diferido	Consolidado Saldo em 31 de Dezembro Passivo Fiscal Diferido
Estoques	1.293	198	1.491	1.491	1.378	224	1.602	13	1.589
Contas a receber de clientes	225	383	608	608	225	383	608	-	608
Impostos e contribuições a recuperar	(4.831)	1.434	(3.397)	(3.397)	(4.831)	1.434	(3.397)	-	(3.397)
Depósitos judiciais	(3.306)	(1.578)	(4.884)	(4.884)	(3.475)	(1.505)	(4.980)	-	(4.980)
Imobilizado	(32.935)	502	(32.433)	(32.433)	(57.402)	486	(56.916)	-	(56.916)
Direito de Uso	32	(72)	(40)	(40)	345	343	688	735	(47)
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	7.101	6.575	13.676	-	13.676
Ativo biológico	-	-	-	-	2.664	(422)	2.242	703	1.539
Provisão temporárias	1.676	2.336	4.012	4.012	1.676	2.809	4.485	-	4.485
Obrigações sociais	2.894	(357)	2.537	2.537	3.149	(333)	2.816	152	2.664
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.214	(76)	4.138	4.138	4.500	44	4.544	269	4.275
Outras diferenças temporárias	(5.935)	-	(5.935)	(5.935)	(5.935)	(102)	(6.037)	(102)	(5.935)
Imposto liquido passivo (ativo)	(36.673)	2.770	(33.903)	(33.903)	(50.605)	9.936	(40.669)	1.770	(42.439)

	Controladora 1º/01/2022	Controladora Reconhecido no Resultado	Controladora Saldo em 31 de Dezembro Valor Líquido	Controladora Saldo em 31 de Dezembro Passivo Fiscal Diferido	Consolidado 1º/01/2022	Consolidado Reconhecido no Resultado	Consolidado Saldo em 31 de Dezembro Valor Líquido	Consolidado Saldo em 31 de Dezembro Ativo Fiscal Diferido	Consolidado Saldo em 31 de Dezembro Passivo Fiscal Diferido
Estoques	1.200	93	1.293	1.293	1.258	120	1.378	17	1.361
Contas a receber de clientes	271	(46)	225	225	271	(46)	225	-	225
Impostos e contribuições a recuperar	(18.866)	14.035	(4.831)	(4.831)	(18.866)	14.035	(4.831)	-	(4.831)
Depósitos judiciais	(1.919)	(1.387)	(3.306)	(3.306)	(1.961)	(1.514)	(3.475)	(102)	(3.373)
Imobilizado	(32.489)	(446)	(32.935)	(32.935)	(56.953)	(449)	(57.402)	-	(57.402)
Direito de Uso	71	(39)	32	32	150	195	345	346	(1)
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	5.833	1.268	7.101	-	7.101
Valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	(7.403)	10.067	2.664	2.500	164
Provisão temporárias	1.620	56	1.676	1.676	1.712	(36)	1.676	-	1.676
Obrigações sociais	2.606	288	2.894	2.894	2.787	363	3.150	139	3.011
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.573	(359)	4.214	4.214	4.809	(310)	4.499	193	4.306
Outras diferenças temporárias	(5.935)	-	(5.935)	(5.935)	(5.935)	-	(5.935)	-	(5.935)
Imposto liquido passivo (ativo)	(48.868)	12.195	(36.673)	(36.673)	(74.298)	23.693	(50.605)	3.093	(53.698)

A Companhia e suas controladas, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus acionistas, reconheceram o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis. A controlada Centro da Mata também constituiu provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido é revisado periodicamente pela Administração. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota nominal

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.830	79.772	116.946	71.267
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(41.082)	(27.122)	(39.762)	(24.231)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.413)	(5.727)	-	-
Incentivos fiscais e doações incentivadas (*)	2.006	1.303	2.026	1.323
Juros sobre o capital próprio referente aos dividendos	7.662	7.310	7.662	7.310
Exclusão juros Selic sobre indébitos tributários	1.442	3.525	1.442	3.525
Outras diferenças permanentes	566	993	697	860
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(31.819)	(19.718)	(27.935)	(11.213)
Correntes	(34.589)	(31.913)	(37.871)	(34.906)
Diferidos	2.770	12.195	9.936	23.693
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(31.819)	(19.718)	(27.935)	(11.213)
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social %	26,33%	24,72%	23.89%	15,73%

(*) Efeito dos incentivos fiscais conforme mencionado na nota explicativa nº 27 e outras doações incentivadas. **33. Lucro básico e diluído por ação** Calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, conforme a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	89.011	60.054
Quantidade de ações emitidas (milhares)	1.580.489	1.580.489
Lucro básico e diluído por ação - R$	56,32	38,00

Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia não tinha ações ordinárias potenciais com efeito de diluição, e, consequentemente, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação, conforme demonstrado anteriormente. **34. Demonstrações dos fluxos de caixa** A movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imobilizado				
Aquisição de imobilizado com financiamentos	7.092	10.076	7.092	10.076
Dividendos				
Dividendos mínimos propostos	20.741	14.085	20.741	14.085

35. Benefícios a empregados A Companhia e suas controladas concedem a seus empregados benefícios de previdência privada, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, alimentação e participação nos resultados, entre outros. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência, e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício. Em 31/12/2023, a Companhia reconheceu a despesa proveniente da constituição de provisão para participação dos colaboradores em seus resultados, no montante de R$ 8.348 (R$ 8.512 em 2022) na controladora e R$ 9.052 (R$ 9.030 em 2022) no consolidado. A participação nos resultados de 2023 e 2022 foi definida com base em indicadores e metas de desempenho operacional, não estando condicionada somente aos resultados contábeis apresentados pela Companhia. Esse valor está registrado nas rubricas "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas". **36. Instrumentos financeiros e gestão de risco a. Classificação contábil** Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas Controladas, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos.

Controladora	Nota	2023	2022	Nível
Ativo				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	10	164.352	86.526	
Aplicações financeiras	11	-	34.299	
Contas a receber de clientes	12	126.417	126.789	
Outras contas a receber		19.946	11.501	
		310.715	259.115	
Passivo				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	21	17.762	14.910	2
Passivo de arrendamento	19	14.789	13.753	
Fornecedores	22	59.698	62.063	
Obrigações sociais	23	19.738	18.585	
Obrigações fiscais	24.a	36.084	30.102	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	24.b	4.590	11.631	
Impostos parcelados		1.418	1.514	
Dividendos a pagar	25	20.741	14.085	
Outras contas a pagar		18.162	12.373	
		192.982	179.016	

Consolidado	Nota	2023	2022	Nível
Ativo				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	10	179.068	94.741	
Aplicações financeiras	11	-	34.299	
Contas a receber de clientes	12	126.730	127.640	
Outras contas a receber		22.259	13.823	
		328.057	270.503	
Passivo				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	21	129.457	122.497	2
Passivo de arrendamento	19	85.025	68.749	
Fornecedores	22	79.548	116.639	
Obrigações sociais	23	22.041	20.644	
Obrigações fiscais	24.a	36.626	30.554	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	24.b	6.945	13.071	
Impostos parcelados		1.418	1.514	
Dividendos a pagar	25	20.741	14.085	
Outras contas a pagar		19.510	13.421	
		401.311	401.174	

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores, estão registrados a valores contábeis, os quais são iguais ou se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. ***Hierarquia do valor justo*** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar os valores justos dos instrumentos financeiros de acordo com a técnica de avaliação utilizada: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31/12/2023 e 2022. **b. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura do gerenciamento de risco** A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. ***Risco de crédito*** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de risco para bancos e instituições financeiras é gerida pela Controladora. Para as operações de vendas, a Companhia efetuou uma análise da qualidade do crédito do cliente, levando-se em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, motivo pelo qual não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Exposição a riscos de crédito** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	164.352	86.526	179.068	94.741
Aplicações financeiras	-	34.299	-	34.299
Contas a receber	126.417	126.789	126.730	127.640
Outras contas a receber	19.946	11.501	22.259	13.823
Total	310.715	259.115	328.057	270.503

Caixa e equivalentes de caixa A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam maior solidez e melhores condições de mercado em relação a taxas e prazos. **Contas a receber de clientes e outros créditos** A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra), o que possibilita à Companhia e a suas controladas interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito. **Perdas por redução no valor recuperável** A Companhia avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) Experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) Atribuir uma classificação de crédito para cada cliente com base em medidas qualitativas e quantitativas para o cliente; e (c) Atribui um percentual de redução ao valor recuperável para fins de provisão com base nos itens (a) e (b) acima e na situação da conta a receber do cliente (atual ou vencida). ***Risco de liquidez*** A previsão de fluxo de caixa é realizada e gerenciada pela área Financeira da Controladora, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, o qual também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, não havendo linhas de crédito relevantes em nome da Companhia. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações: **Controladora**

Instrumentos (31/12/2023)	Taxa de juros	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Finame	2,92% a 10,5%	456	69	-	-	-	525
Financiamentos	1,75% a 3,25%	6.850	6.262	4.624	2.833	-	20.569
Arrendamentos	4,12 a 5,54%	5.118	2.605	2.565	2.507	1.994	14.789
Fornecedores		59.698	-	-	-	-	59.698
Obrigações sociais		19.738	-	-	-	-	19.738
Obrigações fiscais		35.178	906	-	-	-	36.084
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.590	-	-	-	-	4.590
Outros passivos		36.586	2.610	23	23	1.079	40.321
Total		168.214	12.452	7.212	5.363	3.073	196.314

Controladora

Instrumentos (31/12/2022)	Taxa de juros	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Finame	2,92% a 10,5%	682	536	81	-	-	1.299
Financiamentos	1,75% a 3,25%	6.286	5.387	4.567	2.919	1.449	20.608
Arrendamentos	4,12 a 5,54%	4.006	2.070	2.605	2.565	2.507	13.753
Fornecedores		62.063	-	-	-	-	62.063
Obrigações sociais		18.585	-	-	-	-	18.585
Obrigações fiscais		29.270	832	-	-	-	30.102
		11.631	-	-	-	-	11.631
Outros passivos		24.306	2.415	21	21	1.209	27.972
Total		156.829	11.240	7.274	5.505	5.165	186.013

Consolidado

Instrumentos (31/12/2023)	Taxa de juros	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Finame/BNDS	2,92% a 10,5%	1.185	301	146	76	-	1.708
Financiamentos	1,75% a 3,25%	6.850	6.262	4.624	2.833	-	20.569
Capital de Giro - CDI	2,3% a 7,95%	16.029	16.250	14.630	10.401	7.555	64.865
Capital de Giro - USD		12.159	11.961	11.633	5.807	5.284	46.844
FCO	9,5% a 10%	6.308	6.314	5.420	1.737	-	19.779
Arrendamentos	4,12 a 5,54%	18.425	19.353	16.893	13.933	16.421	85.025
Fornecedores		79.548	-	-	-	-	79.548
Obrigações sociais		22.041	-	-	-	-	22.041
Obrigações fiscais		35.720	906	-	-	-	36.626
Imposto de renda e contribuição social a pagar		6.945	-	-	-	-	6.945
Outros passivos		37.505	3.039	23	23	1.079	41.669
Total		242.715	64.386	53.369	34.810	30.339	425.619

Consolidado

Instrumentos (31/12/2022)	Taxa de juros	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Finame/BNDS	2,92% a 10,5%	2981	1430	353	172	89	5.025
Financiamentos	1,75% a 3,25%	6.286	5.387	4.567	2.919	1.449	20.608
Capital de Giro - CDI		8.865	11.668	10.374	9.225	8.095	48.227
Capital de Giro - USD		11.669	13.105	12.891	12.537	11.954	62.156
FCO	9,5% a 10%	5.951	6.308	6.314	5.420	1.737	25.730
Arrendamentos	4,12 a 5,54%	13.157	15.292	14.623	12.084	13.593	68.749
Fornecedores		116.639	-	-	-	-	116.639
Obrigações sociais		20.644	-	-	-	-	20.644
Obrigações fiscais		29.722	832	-	-	-	30.554
Imposto de renda e contribuição social a pagar		13.071	-	-	-	-	13.071
Outros passivos		24.879	2.890	21	21	1.209	29.020
Total		253.864	56.912	49.143	42.378	38.126	440.423

Risco de mercado *(i) Risco de volatilidade no preço da soja, do milho e do feijão* A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de "*commodities*". A Companhia monitora o preço das sacas soja, milho e feijão e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. O objetivo da Companhia é o alcance de uma margem operacional pré-estabelecida. A maior parte dos instrumentos de proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes. *(ii) Risco de taxa de juros* As operações da Companhia e de suas controladas estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TJLP. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável* Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas. O Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Controladora — 31 de dezembro de 2023

Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1 %	Cenário 1 Valor	Cenário 2 %	Cenário 2 Valor	Cenário 3 %	Cenário 3 Valor
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	158.286	CDI	11,65%	18.440	14,56%	23.050	17,48%	27.660
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(19.109)	CDI	11,65%	(2.226)	14,56%	(2.783)	17,48%	(3.339)
Resultado financeiro líquido (estimado)				16.214		20.267		24.321
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						4.054		8.107

Controladora — 31 de dezembro de 2023

Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1 %	Cenário 1 Valor	Cenário 2 %	Cenário 2 Valor	Cenário 3 %	Cenário 3 Valor
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	158.286	CDI	11,65%	18.440	8,74%	13.830	5,83%	9.220
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(19.109)	CDI	11,65%	(2.226)	8,74%	(1.670)	5,83%	(1.113)
Resultado financeiro líquido (estimado)				16.214		12.160		8.107
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						(4.054)		(8.107)

Controladora — 31 de dezembro de 2022

Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1 %	Cenário 1 Valor	Cenário 2 %	Cenário 2 Valor	Cenário 3 %	Cenário 3 Valor
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	116.358	CDI	13,65%	15.883	17,06%	19.854	20,48%	23.824
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(15.317)	CDI	13,65%	(2.091)	17,06%	(2.614)	20,48%	(3.138)
Resultado financeiro líquido (estimado)				13.792		17.240		20.686
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						3.448		6.894

Controladora — 31 de dezembro de 2022

Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1 %	Cenário 1 Valor	Cenário 2 %	Cenário 2 Valor	Cenário 3 %	Cenário 3 Valor
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	116.358	CDI	13,65%	15.883	10,24%	11.912	6,83%	7.941
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(15.317)	CDI	13,65%	(2.091)	10,24%	(1.568)	6,83%	(1.043)
Resultado financeiro líquido (estimado)				13.792		10.344		6.898
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						(3.448)		(6.894)

Consolidado — 31 de dezembro de 2023

Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1 %	Cenário 1 Valor	Cenário 2 %	Cenário 2 Valor	Cenário 3 %	Cenário 3 Valor
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	171.899	CDI	11,65%	20.026	14,56%	25.033	17,48%	30.039
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(65.867)	CDI	11,65%	(7.674)	14,56%	(9.592)	17,48%	(11.510)
Resultado financeiro líquido (estimado)				12.352		15.441		18.529
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						3.089		6.177

Consolidado — 31 de dezembro de 2023

Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1 %	Cenário 1 Valor	Cenário 2 %	Cenário 2 Valor	Cenário 3 %	Cenário 3 Valor
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	171.899	CDI	11,65%	20.026	8,74%	15.019	5,83%	10.013
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(65.867)	CDI	11,65%	(7.674)	8,74%	(5.756)	5,83%	(3.838)
Resultado financeiro líquido (estimado)				12.352		9.263		6.175
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						(3.089)		(6.177)

Consolidado — 31 de dezembro de 2022

Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1 %	Cenário 1 Valor	Cenário 2 %	Cenário 2 Valor	Cenário 3 %	Cenário 3 Valor
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	122.682	CDI	13,65%	16.746	17,06%	20.933	20,48%	25.119
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(40.544)	CDI	13,65%	(5.534)	17,06%	(6.918)	20,48%	(8.301)
Resultado financeiro líquido (estimado)				11.212		14.015		16.818
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						2.803		5.606

Consolidado — 31 de dezembro de 2022

Instrumento	Valor	Risco	Cenário 1 %	Cenário 1 Valor	Cenário 2 %	Cenário 2 Valor	Cenário 3 %	Cenário 3 Valor
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	122.682	CDI	13,65%	16.746	10,24%	12.560	6,83%	8.373
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(40.544)	CDI	13,65%	(5.534)	10,24%	(4.151)	6,83%	(2.767)
Resultado financeiro líquido (estimado)				11.212		8.409		5.606
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						(2.803)		(5.606)

Risco de moeda A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo. *Exposição a moeda estrangeira* O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco. *Análise de sensibilidade - Risco de moeda* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição dos empréstimos e financiamentos à variação monetária do dólar norte americano. A Companhia apresenta dois cenários com elevação e redução de 25% e 50% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os respectivos montantes. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir: • Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31/12/2023; • Cenário II: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário III: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;

Consolidado — 31 de dezembro de 2023

Instrumento	Valor	Cenário 1 Risco	Cotação	Cenário 2 Valor	Cotação	Cenário 3 Valor
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(38.165)	USD	6,05	(9.541)	7,26	(19.083)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(9.541)		(19.083)

Consolidado — 31 de dezembro de 2023

Instrumento	Valor	Cenário 1 Risco	Cotação	Cenário 2 Valor	Cotação	Cenário 3 Valor
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(38.165)	USD	3,63	9.541	2,42	19.083
Resultado financeiro líquido (estimado)				9.541		19.083

Consolidado — 31 de dezembro de 2022

Instrumento	Valor	Cenário 1 Risco	Cotação	Cenário 2 Valor	Cotação	Cenário 3 Valor
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(49.519)	USD	6,52	(12.380)	7,83	(24.760)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(12.380)		(24.760)

Consolidado — 31 de dezembro de 2022

Instrumento	Valor	Cenário 1 Risco	Cotação	Cenário 2 Valor	Cotação	Cenário 3 Valor
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(49.519)	USD	3,91	12.380	2,61	24.760
Resultado financeiro líquido (estimado)				12.380		24.760

37. Compromissos A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. A seguir, estão apresentados aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: **a. Contratos de aquisição de cana-de-açúcar** A Companhia firmou contratos de aquisição de cana-de-açúcar produzida pelas partes relacionadas Vale do Xingu e Condomínio GMFO e por terceiros, por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos têm vigência, em sua maioria, de cinco anos, renováveis, quando for o caso, por mais um ano. Os valores a serem desembolsados em virtude dessas operações serão determinados a cada mês de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelos modelos definidos em cada contrato, que podem ser em sua maioria classificados da seguinte forma: ATR fixo: modelo em que se acorda preliminarmente a quantidade de quilos de ATR por tonelada de cana-de-açúcar produzida, a qual é valorizada de acordo com o valor do ATR divulgado pelo CONSECANA. As toneladas de cana-de-açúcar, relacionadas aos contratos vigentes, são estimadas da seguinte forma:

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C4C4-C7BF-A55D-1179.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C4C4-C7BF-A55D-1179.

Continuação...

Ano	Toneladas Partes relacionadas	Terceiros	Total
2023	368.055	106.772	474.827
2024	299.367	91.523	390.890
2025	197.908	64.887	262.795
2026	131.374	43.232	174.606
2027	60.433	19.662	80.095

b. Contratos de parceria agrícola A controlada Vale do Xingu firmou contratos plurianuais de parceria agrícola, para cultivo de cana-de-açúcar em propriedades de terceiros, no total de 4.515 ha (3.579 ha em 2022). Referidos contratos têm vigência, em sua maioria, em cinco anos, renováveis, quando for o caso, por mais um ano. A remuneração desses contratos será mediante a entrega de 25% da produção ao parceiro outorgante, estimadas da seguinte forma:

Ano	Toneladas
2024	98.307
2025	77.472
2026	65.205
2027	37.786
2028	16.753

38. Informação por segmento Apesar de não ser obrigada a divulgar e atendendo a uma solicitação do seu Conselho de Administração, por meio da Reunião Ordinária realizada em 15/04/2016, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento, que requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em "Segmento 1" (cachaça, outras bebidas alcoólicas e exploração de cultura de cana-de-açúcar) e "Segmento 2" (produção agrícola de grãos). Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, as informações por segmentos dessas unidades de negócios são como segue: **Balanços patrimoniais por segmentos**

Ativo	2023 segmento 1	Segmento 2	Consolidado	2022 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	170.499	8.569	179.068	87.018	7.723	94.741
Aplicações financeiras	-	-	-	34.299	-	34.299
Contas a receber de clientes	126.336	394	126.730	127.526	114	127.640
Estoques	207.700	7.668	215.368	174.378	22.762	197.140
Impostos e contribuições a recuperar	2.289	1.200	3.489	24.259	266	24.525
Imposto de renda e contribuição Social a recuperar	2.163	261	2.424	-	181	181
Ativos biológicos	19.229	23.017	42.246	12.012	51.737	63.749
Adiantamentos a fornecedores	12.502	-	12.502	15.797	-	15.797
Outras contas a receber	9.707	1.873	11.580	759	2.375	3.134
Total do ativo circulante	550.425	42.982	593.407	476.048	85.158	561.206
Não circulante						
Impostos e contribuições a recuperar	33.711	-	33.711	37.413	-	37.413
Depósitos judiciais	54.390	15	54.405	51.629	15	51.644
Partes relacionadas	418	-	418	414	-	414
Adiantamentos a fornecedores	559	-	559		-	-
Precatórios a receber	863	-	863	29.121	-	29.121
Imposto de renda e contribuição Social diferidos	1.770	-	1.770	3.093	-	3.093
Outras contas a receber	9.352	1.327	10.679	2.627	1.491	4.118
Investimentos em controladas	113.659	-	-	100.712	-	-
Propriedades para investimentos	1.879	-	1.879	-	-	-
Imobilizado	256.975	181.667	438.642	236.804	178.811	415.615
Direito de uso de ativos	82.963	108	83.071	67.796	237	68.033
Intangível	366	319	685	443	359	802
Total do ativo não circulante	556.905	183.436	626.682	530.052	180.913	610.253
Total do ativo	1.107.330	226.418	1.220.089	1.006.100	266.071	1.171.459

Passivo e patrimônio líquido	2023 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	2022 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	13.074	22.083	35.157	5.158	20.391	25.549
Arrendamento a pagar	18.370	55	18.425	13.065	92	13.157
Fornecedores	64.596	14.952	79.548	65.887	50.752	116.639
Obrigações sociais	20.876	1.165	22.041	19.524	1.120	20.644
Obrigações fiscais	35.310	410	35.720	42.602	191	42.793
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6.945	-	6.945	-	-	-
Impostos parcelados	270	-	270	242	-	242
Partes relacionadas	20.741	-	20.741	14.085	-	14.085
Outras contas a pagar	15.942	552	16.494	10.425	127	10.552
Total do passivo circulante	196.124	39.217	235.341	170.988	72.673	243.661
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	29.302	64.998	94.300	31.122	65.826	96.948
Arrendamento a pagar	66.600	-	66.600	55.543	49	55.592
Obrigações fiscais	906	-	906	832	-	832
Impostos parcelados	1.148	-	1.148	1.272	-	1.272
Partes relacionadas		-		(9.775)	9.775	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.903	8.536	42.439	36.673	17.025	53.698
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.996	8	4.004	4.060	11	4.071
Outras contas a pagar	3.016	-	3.016	2.869	-	2.869
Total do passivo não circulante	138.871	73.542	212.413	122.596	92.686	215.282
Patrimônio líquido						
Capital social	497.227	68.383	497.227	380.377	68.383	380.377
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	29.384	-	-	-	-
Ações em tesouraria	(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Reserva para incentivos fiscais	13.270	-	13.270	10.291	-	10.291
Ajuste de avaliação patrimonial	82.410	47.526	82.410	83.791	47.549	83.791
Reservas de lucros	179.429	-	179.429	121.208	-	121.208
Prejuízos acumulados	-	(31.634)	-	-	(15.220)	-
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	116.850	-	116.850
Total do patrimônio líquido	772.335	113.659	772.335	712.516	100.712	712.516
Total do passivo e patrimônio líquido	1.107.330	226.418	1.220.089	1.006.100	266.071	1.171.459

Demonstrações do resultado por segmentos

	2023 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	2022 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
Receita líquida de vendas e serviços	797.600	89.638	887.238	751.120	72.697	823.817
Custo dos produtos vendidos e serv.Prestados	(498.945)	(103.704)	(602.649)	(484.514)	(79.812)	(564.326)
Lucro (prejuízo) bruto	298.655	(14.066)	284.589	266.606	(7.115)	259.491
Receitas (despesas) operacionais						
Com vendas	(114.818)	-	(114.818)	(129.193)	-	(129.193)
Gerais e administrativas	(57.347)	(6.605)	(63.952)	(61.048)	(6.483)	(67.531)
Outras despesas	(11.174)	(1.514)	(12.688)	(7.709)	(347)	(8.056)
Outras receitas	10.099	-	10.099	7.132	-	7.132
	(173.240)	(8.119)	(181.359)	(190.818)	(6.830)	(197.648)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	125.415	(22.185)	103.230	75.788	(13.945)	61.843
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	26.131	12.913	39.044	25.794	6.966	32.760
Despesas financeiras	(10.415)	(14.913)	(25.328)	(10.253)	(13.083)	(23.336)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	741	(741)	-	1.602	(1.602)	-
	16.457	(2.741)	13.716	17.143	(7.719)	9.424
Resultado de equivalência patrimonial	(16.437)	-	-	(14.322)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	125.435	(24.926)	116.946	78.609	(21.664)	71.267
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	(37.871)	-	(37.871)	(34.906)	-	(34.906)
Diferidos	1.447	8.489	9.936	16.351	7.342	23.693
	(36.424)	8.489	(27.935)	(18.555)	7.342	(11.213)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	89.011	(16.437)	89.011	60.054	(14.322)	60.054

Demonstrações de fluxo de caixa por segmentos

	2023 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	2022 Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	89.011	(16.437)	89.011	60.054	(14.322)	60.054
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido Proveniente das atividades operacionais:						
Provisão de imposto de renda e contribuição social	36.424	(8.489)	27.935	18.555	(7.342)	11.213
Resultado na avaliação de ativos biológicos	(5.286)	4.004	(1.282)	11.932	17.678	29.610
Participação em sociedades controladas	16.437	-	-	14.322	-	-
Depreciação e amortização de bens	48.950	3.877	52.827	38.773	3.196	41.969
Estorno de provisão para perdas no imobilizado	365	(82)	283	(1)	(27)	(28)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.356	-	3.356	2.616	-	2.616
Provisão para obsolescência dos estoques	3.679	87	3.766	(677)	69	(608)
Provisão para beneficios a funcionários	8.679	373	9.052	8.921	109	9.030
Provisão para perdas operacionais	688	-	688	942	-	942
Provisão para perdas nos ativos circulantes	(1.391)	1.391	-	-	-	-
Resultado da venda dos ativos biológicos	17.884	90.009	107.893	10.641	53.246	63.887
Resultado na venda de ativo permanente	(518)	(17)	(535)	240	(18)	222
Baixa de arrendamento	(12.036)	-	(12.036)	(6.134)	-	(6.134)
Juros e variação monetária sobre ativos monetários	(10.687)	(87)	(10.774)	(14.154)	(2)	(14.156)
Juros sobre financiamentos	6.136	3.100	9.236	(6.225)	6.225	-
Juros sobre arrendamentos	5.183	20	5.203	(34)	34	-
Juros apropriados sobre passivos monetários	(2.123)	3.070	947	11.375	642	12.017
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(1)	-	(1)	(90)	-	(90)
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental	-	-	-	32	-	32
Recuperação de crédito com acionistas	(4.043)	-	(4.043)	-	-	-
	200.707	80.819	281.526	151.088	59.488	210.576
Variações nos ativos e passivos circulantes e de longo prazo:						
Contas a receber de clientes	(774)	(1.672)	(2.446)	(21.050)	(113)	(21.163)
Estoques	(36.550)	15.007	(21.543)	(47.024)	(7.315)	(54.339)
Impostos a recuperar	20.155	(797)	19.358	87.920	(142)	87.778
Adiantamentos a fornecedores	2.155	581	2.736	(112)	112	-
Depósitos judiciais	1.833	-	1.833	231	5	236
Precatórios a receber	29.601	-	29.601	-	-	-
Outras contas a receber	(4.969)	(89)	(5.058)	(2.019)	1.164	(855)
Ativo biológico	(19.815)	(65.293)	(85.108)	(21.821)	(72.050)	(93.871)
Fornecedores	(1.204)	(35.800)	(37.004)	22.161	21.346	43.507
Obrigações sociais	(7.328)	(328)	(7.656)	(7.835)	(347)	(8.182)
Obrigações fiscais	5.807	(102)	5.705	(9.116)	89	(9.027)
Partes relacionadas	(16.862)	-	-	(5.000)	-	-
Outros passivos	4.285	422	4.707	(5.641)	124	(5.517)
Juros pagos sobre empréstimos	(8.116)	(5.826)	(13.942)	(3.234)	(4.084)	(7.318)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.951)	-	(43.951)	(21.836)	-	(21.836)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	124.974	(13.078)	128.758	116.712	(1.723)	119.989
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aplicações financeiras	34.299		34.299	(34.284)		(34.284)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(48.335)	(6.493)	(54.828)	(47.517)	(24.888)	(72.405)
Aquisição de intangível	(90)	(56)	(146)	(100)	(227)	(327)
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado	766	83	849	400	20	420
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.360)	(6.466)	(19.826)	(81.501)	(25.095)	(106.596)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Recebimentos de (pagamentos a) partes relacionadas, líquidos	339	-	339	2.310	-	2.310
Mútuo com partes relacionadas	-	16.862	-		5.000	-
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	3.752	20.004	23.756	20.000	33.290	53.290
Pagamentos de financiamentos	(4.327)	(16.419)	(20.746)	(3.193)	(13.601)	(16.794)
Pagamentos de passivos de arrendamento	(5.059)	(101)	(5.160)	(4.001)	(203)	(4.204)
Pagamentos de parcelamento de tributos	(258)	-	(258)	(134)	-	(134)
Pagamento de dividendos	(22.536)	-	(22.536)	(28.582)	-	(28.582)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	(28.089)	20.346	(24.605)	(13.600)	24.486	5.886
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	83.525	802	84.327	21.611	(2.332)	19.279
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	87.018	7.723	94.741	65.407	10.055	75.462
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	170.543	8.525	179.068	87.018	7.723	94.741

As colunas denominadas Segmento 1 referem-se à combinação dos saldos das Empresas: (a) Companhia Müller de Bebidas e (b) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. As colunas denominadas Segmento 2 referem-se aos saldos da Empresa Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. Nas demonstrações financeiras combinadas (Segmento 1), o investimento na controlada Centro da Mata está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

A Diretoria

José Emilio Bertazi - Diretor Superintendente
Sérgio Luiz da Silva - Diretor Comercial

Contadora

Dirlene Aparecida Voltarelli Arnoni - CRC/SP 136.977/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Müller de Bebidas Pirassununga/SP. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Müller de Bebidas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Müller de Bebidas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de março de 2023, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 19 de março de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP
Marcos Roberto Bassi - Contador CRC 1SP217348/O-5

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C4C4-C7BF-A55D-1179.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C4C4-C7BF-A55D-1179.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C4C4-C7BF-A55D-1179 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C4C4-C7BF-A55D-1179

Hash do Documento

869197790022BCF5B30223C0FB1743A9B0EAD25693F84C1A706C575A2297C056

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 20/03/2024 00:03 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

Claro

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**5.725**	5.084
Contas a receber, líquidas	5	**89.914**	98.656
Tributos a recuperar, líquidos	6.1	**26.728**	23.372
Partes relacionadas	13	**323.363**	323.373
Outros ativos		**5.901**	4.455
		451.631	454.940
Não circulante			
Tributos a recuperar, líquidos	6.1	**14.168**	10.891
Tributos diferidos, líquidos	6.2	**123.987**	130.352
Depósitos e bloqueios judiciais	12.1	**3.375**	2.991
Outros ativos		**853**	168
Investimentos	7	**1.147.337**	1.082.874
Imobilizado	8	**794.278**	774.991
Intangível	9	**165.919**	146.660
		2.249.917	2.148.927
Total do ativo		**2.701.548**	2.603.867

	Notas	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	**98.287**	111.283
Obrigações fiscais, líquidas	11	**12.361**	12.955
Obrigações sociais e trabalhistas		**8.616**	6.743
Provisões	12	**3.961**	5.855
Partes relacionadas	13	**65.581**	71.905
Passivo de arrendamento	14	**3.859**	3.417
Dividendos	16	**35.676**	731
		228.341	212.889
Não circulante			
Obrigações fiscais, líquidas	11	**7**	7
Provisões	12	**19.462**	17.081
Partes relacionadas	13	**6.323**	14.975
Passivo de arrendamento	14	**8.951**	9.267
Outros		**7.373**	6.386
		42.116	47.716
Total do passivo		**270.457**	260.605
Patrimônio líquido	16		
Capital social realizado		**1.670.708**	1.670.708
Reservas de lucros		**760.628**	672.800
Outros resultados abrangentes		**(245)**	(246)
		2.431.091	2.343.262
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.701.548**	2.603.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.670.708**	**32.399**	**564.125**	**–**	**(300)**	**2.266.932**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	77.007	–	77.007
Constituição de reserva legal (Nota 16)	–	3.850	–	(3.850)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)	–	–	–	(731)	–	(731)
Constituição de reserva de lucros (Nota 16)	–	–	72.426	(72.426)	–	–
Passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	54	54
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.670.708**	**36.249**	**636.551**	**–**	**(246)**	**2.343.262**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**123.504**	**–**	**123.504**
Constituição de reserva legal (Nota 16)	**–**	**6.175**	**–**	**(6.175)**	**–**	**–**
Distribuição de dividendos (Nota 16)	**–**	**–**	**–**	**(35.676)**	**–**	**(35.676)**
Constituição de reserva de lucros (Nota 16)	**–**	**–**	**81.653**	**(81.653)**	**–**	**–**
Passivo atuarial, líquido	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**	**1**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.670.708**	**42.424**	**718.204**	**–**	**(245)**	**2.431.091**
		760.628				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional, líquida	17	**814.539**	734.348
Custo dos serviços prestados	18	**(713.657)**	(678.577)
Lucro bruto		**100.882**	55.771
Despesas comerciais	18	**(22.645)**	(28.706)
Despesas gerais e administrativas	18	**(24.626)**	(26.984)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	**30.849**	35.620
Resultado de equivalência patrimonial	7	**64.463**	53.296
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		**148.923**	88.997
Receitas financeiras	19	**14.168**	8.606
Despesas financeiras	19	**(6.587)**	(4.343)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**156.504**	93.260
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	**(22.995)**	(8.081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	**(10.005)**	(8.172)
Lucro líquido do exercício		**123.504**	77.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**123.504**	77.007
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Ganho na atualização do plano de benefício	**2**	82
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício	**(1)**	(28)
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	**1**	54
Total dos resultados abrangentes do exercício	**123.505**	77.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**156.504**	93.260
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**123.674**	102.356
Variação cambial	**(757)**	530
Provisão para contingências	**2.365**	2.357
Provisão para perdas de crédito esperadas	**1.893**	855
Baixa de imobilizado e intangível	**1.871**	345
Equivalência patrimonial	**(64.463)**	(53.296)
Juros provisionados	**2.664**	2.085
	223.751	148.492
Atividades operacionais:		
Contas a receber	**6.849**	(2.923)
Tributos a recuperar, líquidos	**(10.273)**	(1.360)
Partes relacionadas	**(14.976)**	31.032
Depósitos e bloqueios judiciais	**(384)**	363
Fornecedores	**(12.228)**	(20.038)
Obrigações fiscais, líquidas	**(3.850)**	2.151
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	**(19.739)**	(6.184)
Provisões	**(1.884)**	1.527
Pagamentos de contingências	**(1.525)**	(289)
Outras	**1.194**	(547)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**166.935**	152.224
Atividades de investimento:		
Adições para imobilizado e intangível	**(160.696)**	(147.121)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	**(160.696)**	(147.121)
Atividades de financiamento:		
Dividendos pagos	**(731)**	(2.091)
Pagamento de arrendamento	**(4.867)**	(5.059)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(5.598)**	(7.150)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	**641**	(2.047)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.084**	7.131
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.725**	5.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Telmex do Brasil S.A. ("TdB" ou "Companhia") tem como atividades a prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tem como controladora a Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"), a qual detém 99,99% do seu capital social.

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, também foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia a adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2024.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2023 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
IFRS 17 correlato ao CPC 50: Contratos de Seguros	Abordar preocupações e desafios da implementação do IFRS 17
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)
IAS 8 correlato ao CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	Definição de estimativas contábeis
IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro.	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12) Alterada pela Reforma Fiscal Internacional - Regras Modelo do Segundo Pilar (Emendas à IAS 12)

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterações quanto à classificação da dívida com "*covenants*"	1° de janeiro de 2024
IAS 7 correlato ao CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa	Alterado pelos Acordos de financiamento de fornecedores (Emendas à IAS 7 e à IFRS 7)	1° de janeiro de 2024
IFRS 7 correlato ao CPC 40: Instrumentos Financeiros: Divulgações		
IFRS 16 correlato ao CPC 06 (R2) e IAS 17: Arrendamentos	Alterações destinadas a clarificar a forma como um vendedor-locatário mede subsequentemente as operações de venda e de locação financeira	1° de janeiro de 2024
IFRS S1 Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Resolução CVM 193: Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board (ISSB)* e aprovadas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamento de Sustentabilidade (CBPS)	1° de janeiro de 2026
IFRS S2 Divulgações relacionadas ao clima		1° de janeiro de 2026

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1° de janeiro de 2024 não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 19.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou

• Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 19.

3.6. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pela coligada, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.7. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, conforme Nota 8.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.8. Arrendamento mercantil

A Companhia avalia na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

Companhia como arrendatária

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso

A companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Companhia como arrendador

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de *software*, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.10. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos.

As principais premissas-chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

• Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2023 e projeções orçamentárias para 2024, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrentes de novos investimentos, somente crescimento da base atual pela inflação. A variação da receita projetada para 2024 foi de 0,4% a.a., influenciada pelo crescimento de soluções digitais, que ganha participação na receita.

• Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

• Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços, sem alterações em sua estrutura ou expansões de capacidade.

• Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2023 é de 9,02% a.a. (8,72% a.a. em 2022).

A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2023 foi de 3,55% a.a. (3,16% a.a. em 2022).

3.11. Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais vide Nota 12.

Adicionalmente, a Companhia possui obrigações legais referentes a impostos, taxas e contribuições que estão atreladas a discussões judiciais, para as quais mantém provisão dos valores devidos.

3.12. Tributação

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em coligadas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF3B-2E75-E9C5-BD77.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF3B-2E75-E9C5-BD77.

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu o novo

TELMEX DO BRASIL S.A.
CNPJ: 02.667.694/0001-40

Claro

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.
Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em coligadas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.
Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.
Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.
Tributos sobre prestação de serviços e vendas
A Companhia está sujeita, quando aplicável, aos seguintes tributos:
• PIS - Programa de Integração Social;
• COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
• ISS - Imposto sobre Serviço Prestado;
• ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços.
As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.
Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.13. Participação de empregados no resultado
A Companhia constituiu provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.14. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.
Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia concluiu que não houve ajuste relevante nas demonstrações financeiras nos exercícios apresentados.

3.16. Reconhecimento de receita
A Companhia oferece serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA.
As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês.

3.17. Resultado financeiro
Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre títulos e valores mobiliários, mútuo com partes relacionadas e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.18. Mensuração do valor justo
A Companhia mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.
O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:
• No principal mercado para o ativo ou passivo; e
• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia.
O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.
A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.
A Companhia usa técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.
Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:
• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
• Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
• Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.
Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

3.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes
Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
Tributos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.
Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.
Provisões para contingências
A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 12.
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego
O custo com contribuição variável é determinado utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.
Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país, conforme Nota 15.
Provisão para perdas de crédito esperadas
A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.
Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão
A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.
A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.
A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e bancos	**5.725**	5.084
	5.725	5.084

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2023	2022
Serviços de telecomunicações	**98.466**	105.315
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(8.552)**	(6.659)
	89.914	98.656

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	2023	2022
A vencer	**80.421**	69.712
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	**8.322**	23.358
De 31 a 60 dias	**2.381**	3.219
De 61 a 90 dias	**531**	2.339
Mais de 90 dias	**6.811**	6.687
	98.466	105.315

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

	2023	2022
Saldo Inicial	**6.659**	14.387
Provisão constituída	**1.893**	855
Baixa de provisão	**–**	(8.583)
Saldo Final	**8.552**	6.659

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS

6.1. Tributos a recuperar, líquidos

	2023	2022
ICMS	**40.893**	34.252
Outros	**3**	11
	40.896	34.263
Circulante	**26.728**	23.372
Não circulante	**14.168**	10.891

6.2. Tributos diferidos, líquidos
O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pela Companhia, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 32.
A existência de lucros tributáveis futuros da Companhia está fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, trazidos a valor presente, que indicam a plena realização destes ativos. Tais estudos, aprovados pelo Conselho de Administração da controladora indireta Claro Telecom Participações S.A., correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados desta Companhia. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderão gerar diferenças entre os resultados estimados e reais.
Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Ativo fiscal		
Prejuízo fiscal	**96.288**	107.648
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de crédito esperadas	**2.908**	2.264
Provisão para contingências	**6.337**	5.531
Tributos com exigibilidade suspensa	**1.128**	423
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	**216**	185
Despesas temporariamente indedutíveis	**17.116**	20.783
	123.993	136.834
Passivo fiscal		
Efeitos IFRS 15/CPC 47	**–**	(6.477)
Passivo atuarial	**(6)**	(5)
	(6)	(6.482)
Ativo fiscal diferido, líquido	**123.987**	130.352

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**90.032**	**48.520**	**138.552**
Constituição	19.509	8.676	28.185
Realização [1]	(26.754)	(9.631)	(36.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**82.787**	**47.565**	**130.352**
Constituição	**6.369**	**2.293**	**8.662**
Realização	**(11.049)**	**(3.978)**	**(15.027)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**78.107**	**45.880**	**123.987**

[1] Do valor realizado no ano, o montante de R$28 foi registrado no patrimônio líquido referente ao efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício pós emprego.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma projetado para realização do ativo fiscal diferido, líquido:

Ano	Montante
2024	**16.743**
2025	**13.323**
2026	**14.829**
2027	**17.832**
2028	**21.341**
2029	**22.880**
2030 a 2033	**17.045**
Total	**123.993**

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

7. INVESTIMENTO
A movimentação do saldo de investimento está demonstrada a seguir:

	Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat")
Saldo em 31 de dezembro 2021	**1.029.580**
Resultado de equivalência patrimonial	53.296
Reflexo de passivo atuarial	(2)
Saldo em 31 de dezembro 2022	**1.082.874**
Resultado de equivalência patrimonial	**64.463**
Saldo em 31 de dezembro 2023	**1.147.337**

Em 31 de dezembro de 2023, os detalhes da investida são como se seguem:

	2023		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
Empresa	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	Total	Capital votante
Tvsat	**203.973**	**3.630.388**	**9.866.668**	**5.961.702**	**31,60%**	**19,88%**

Em 31 de dezembro de 2022, os detalhes da investida eram como se seguem:

	2022		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
Empresa	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	Total	Capital votante
Tvsat	168.638	3.426.417	9.866.668	5.961.702	31,60%	19,88%

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes da investida na qual a Companhia possui influência significativa e contabilização pelo método de equivalência patrimonial:

	Tvsat 2023	Tvsat 2022
Resumo do Balanço Patrimonial:		
Ativo circulante	**1.935.045**	2.123.252
Ativo não circulante	**2.044.934**	1.811.805
Total do ativo	**3.979.979**	3.935.057
Passivo circulante	**189.297**	350.233
Passivo não circulante	**160.294**	158.407
Patrimônio líquido	**3.630.388**	3.426.417
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.979.979**	3.935.057
Resumo da Demonstração de Resultados:	**2023**	**2022**
Receita operacional, líquida	**859.304**	1.024.275
Custos e despesas operacionais	**(625.535)**	(872.467)
Resultado financeiro, líquido	**50.968**	(11.275)
Imposto de renda e contribuição social	**(80.764)**	28.105
Lucro líquido do exercício	**203.973**	168.638

8. IMOBILIZADO

Descrição	Vida útil estimada em anos	2023	2022
Equipamentos de transmissão	10 e 20	**111.921**	70.688
Infraestrutura	5,10 e 25	**36.764**	40.839
Equipamentos de comutação	10	**264.050**	254.110
Prédios	25	**174.173**	184.167
Terrenos		**104.765**	104.765
Ajuste ao valor de realização		**(2.826)**	(4.937)
Outros ativos imobilizados	5	**29.396**	40.984
Imobilizado em andamento		**63.861**	72.232
Imobilizado total (a)		**782.104**	762.848
Terrenos	8	**6.376**	4.083
Prédios	5	**5.660**	7.851
Frota de veículos	4	**138**	209
Direito de uso (b)		**12.174**	12.143
Imobilizado, líquido		**794.278**	774.991

a) Movimentação do imobilizado

	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Ajuste ao valor de realização	Outros ativos imobilizados (2)	Imobilizado em andamento	Total
Custo em 31/12/2021	**650.050**	**333.283**	**592.141**	**240.968**	**104.449**	**(195.153)**	**205.034**	**124.489**	**2.055.261**
Adições	–	18	–	–	–	–	–	90.814	90.832
Baixas	(292)	(58)	(8)	–	–	–	–	–	(358)
Transferências [1]	29.748	1.229	54.138	83	316	–	25.128	(143.070)	(32.428)
Custo em 31/12/2022	**679.506**	**334.472**	**646.271**	**241.051**	**104.765**	**(195.153)**	**230.162**	**72.233**	**2.113.307**
Adições	**182**	**18**	**37**	**–**	**–**	**–**	**–**	**95.759**	**95.996**
Baixas	**(465)**	**(21)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(8)**	**(1.853)**	**(2.347)**
Transferências	**57.445**	**3.337**	**38.389**	**–**	**–**	**–**	**3.107**	**(102.278)**	**–**
Custo em 31/12/2023	**736.668**	**337.806**	**684.697**	**241.051**	**104.765**	**(195.153)**	**233.261**	**63.861**	**2.206.956**
Depreciação em 31/12/2021	**(598.865)**	**(286.753)**	**(367.323)**	**(46.891)**	**–**	**188.165**	**(167.608)**	**–**	**(1.279.275)**
Adições	(9.937)	(6.891)	(24.879)	(9.992)	–	2.051	(21.568)	–	(71.216)
Baixas	–	12	1	–	–	–	–	–	13
Transferências [1]	(16)	(1)	41	–	–	–	(2)	–	22
Depreciação em 31/12/2022	**(608.818)**	**(293.633)**	**(392.160)**	**(56.883)**	**–**	**190.216**	**(189.178)**	**–**	**(1.350.456)**
Adições	**(15.493)**	**(7.108)**	**(29.247)**	**(10.008)**	**–**	**2.111**	**(15.127)**	**–**	**(74.872)**
Baixas	**465**	**4**	**–**	**–**	**–**	**–**	**7**	**–**	**476**
Transferências	**(901)**	**(305)**	**760**	**13**	**–**	**–**	**433**	**–**	**–**
Depreciação em 31/12/2023	**(624.747)**	**(301.042)**	**(420.647)**	**(66.878)**	**–**	**192.327**	**(203.865)**	**–**	**(1.424.852)**
Imobilizado, líquido	**111.921**	**36.764**	**264.050**	**174.173**	**104.765**	**(2.826)**	**29.396**	**63.861**	**782.104**

[1] Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para intangível.
[2] Equipamentos de informática, móveis e utensílios.

O saldo de imobilizado em andamento é constituído principalmente por custos para construções de rede e/ou outros ativos tangíveis. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação.
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais.

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - IFRS16/CPC 06 (R2)

	Terrenos	Prédios	Frota de veículos	Total
Saldo em 31/12/2021	**5.987**	**10.042**	**–**	**16.029**
Adições, líquidas [1]	(81)	–	253	172
Amortização do direito de uso	(1.823)	(2.191)	(45)	(4.059)
Saldo em 31/12/2022	**4.083**	**7.851**	**208**	**12.142**
Adições, líquidas [1]	**3.860**	**–**	**–**	**3.860**
Amortização do direito de uso	**(1.567)**	**(2.191)**	**(70)**	**(3.828)**
Saldo em 31/12/2023	**6.376**	**5.660**	**138**	**12.174**

[1] Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Revisão da vida útil
A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.
d) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis
Conforme descrito na Nota 3.10, a Companhia efetuou análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuou o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

9. INTANGÍVEL

Descrição	Vida útil estimada em anos	2023	2022
Direito de uso de *software*	5 e 10	**158.060**	131.047
Intangível em andamento		**7.859**	15.613
Intangível, líquido		**165.919**	146.660

a) Movimentação do intangível

	Direito de uso de *software*	Direito de uso de circuitos	Ajuste ao valor de realização	Intangível em andamento	Total
Custo em 31/12/2021	**333.352**	**11.617**	**(5.508)**	**19.797**	**359.258**
Adições	–	–	–	56.289	56.289
Transferências [1]	92.902	–	–	(60.473)	32.429
Custo em 31/12/2022	**426.254**	**11.617**	**(5.508)**	**15.613**	**447.976**
Adições	**465**	**–**	**–**	**64.235**	**64.700**
Transferências	**71.989**	**–**	**–**	**(71.989)**	**–**
Custo em 31/12/2023	**498.708**	**11.617**	**(5.508)**	**7.859**	**512.676**
Amortização em 31/12/2021	**(268.105)**	**(11.617)**	**5.508**	**–**	**(274.214)**
Adições	(27.080)	–	–	–	(27.080)
Transferências [1]	(22)	–	–	–	(22)
Amortização em 31/12/2022	**(295.207)**	**(11.617)**	**5.508**	**–**	**(301.316)**
Adições	**(45.441)**	**–**	**–**	**–**	**(45.441)**
Amortização em 31/12/2023	**(340.648)**	**(11.617)**	**5.508**	**–**	**(346.757)**
Intangível, líquido	**158.060**	**–**	**–**	**7.859**	**165.919**

[1] Representam transferências do intangível em andamento para operação bem como do imobilizado para o intangível.

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Moeda nacional	**94.585**	96.073
Moeda estrangeira	**3.702**	15.210
Total	**98.287**	111.283

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS, LÍQUIDAS

	2023	2022
PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	**6.174**	5.618
FUST/FUNTTEL/FISTEL	**206**	284
CIDE	**956**	2.550
ISS	**4.768**	4.209
Outros	**264**	301
Total	**12.368**	12.962
Circulante	**12.361**	12.955
Não circulante	**7**	7

12. PROVISÕES

Natureza	2023	2022
Contingências		
Tributárias	**18.622**	16.267
Trabalhistas	**16**	–
	18.638	16.267
Participação de empregados no resultado	**3.961**	5.855
Provisão para desmantelamento de ativos	**824**	814
Total de provisões	**23.423**	22.936
Circulante	**3.961**	5.855
Não circulante	**19.462**	17.081

12.1. Contingências
A movimentação dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**12.982**	**128**	**13.110**
Adições (reversões), líquidas	2.236	121	2.357
Baixas por pagamentos	(61)	(228)	(289)
Atualização monetária	1.110	(21)	1.089
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**16.267**	**–**	**16.267**
Adições (reversões), líquidas	**2.329**	**36**	**2.365**
Baixas por pagamentos	**(1.501)**	**(24)**	**(1.525)**
Atualização monetária	**1.527**	**4**	**1.531**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.622**	**16**	**18.638**

Depósitos e bloqueios judiciais:

	2023	2022
Trabalhista	**24**	24
Tributária	**3.351**	2.967
Total	**3.375**	2.991

Os processos em andamento da Companhia englobam itens de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37):

12.1.1. Contingências tributárias
A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

		2023			2022		
Natureza	Ref.	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
FUST/FUNTTEL	a)	**–**	**72.560**	**72.560**	–	62.738	62.738
Glosas de compensação	b)	**6.647**	**48.374**	**55.021**	6.177	54.674	60.851
PIS e COFINS	c)	**11.975**	**4.096**	**16.071**	8.270	3.530	11.800
Outras contingências tributárias	d)	**–**	**1.647**	**1.647**	–	533	533
IRRF	e)	**–**	**–**	**–**	1.820	–	1.820
Total de contingências		**18.622**	**126.677**	**145.299**	16.267	121.475	137.742

a) FUST/FUNTTEL
A Companhia possui autuações da ANATEL referentes a supostos recolhimentos a menor de FUST, principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas autuações é de R$50.073 (R$44.139 em 31 de dezembro de 2022).
A Companhia possui ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas autuações é de R$22.487 (R$18.599 em 31 de dezembro de 2022).
A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível pela Administração e seus consultores.
b) Glosas de compensação
A Companhia possui contingências decorrentes de glosas de compensações de saldo negativo de IRPJ. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R$55.021 (R$60.851 em 31 de dezembro de 2022), dos quais foi provisionado o valor de R$6.647 (R$6.177 em 31 de dezembro de 2022).
c) PIS/COFINS
A Companhia possui contingências fiscais de PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R$16.071 em 31 dezembro de 2023 (R$11.800 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o valor de R$11.975 (R$8.270 em 31 de dezembro de 2022).
d) Outras contingências tributárias
A Companhia possui outras contingências fiscais, referentes ao suposto recolhimento a menor de tributos incidentes na importação de equipamentos (IPI e II), acrescidos de multas, e outras de ICMS. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R$1.647 (R$533 em 31 de dezembro de 2022). A Administração seus consultores avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.
e) IRRF
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui contingências fiscais de IRRF (R$1.820 em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a avaliação feita pela Administração e seus consultores jurídicos, a probabilidade de perda dessa causa foi classificada como provável).

12.1.2. Contingências trabalhistas
A Companhia constituiu provisão para ações envolvendo reclamações trabalhistas, principalmente no que se refere a ações de responsabilidade subsidiária, oriundas de prestadores de serviços.
A Companhia possui contingências referentes às disputas judiciais trabalhistas no montante de R$16 em 31 de dezembro de 2023 classificadas pela administração como perda provável (em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía) e R$832 classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

12.1.3. Contingências cíveis e consumidor
A Companhia possui contingências cíveis decorrentes de disputas judiciais com terceiros, no montante de R$1.204 em 31 de dezembro de 2023 (R$1.122 em 31 de dezembro de 2022). A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui contingências referentes a processos de consumidores (R$25 em 31 de dezembro de 2022). A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

13.1. Condições gerais
As transações com partes relacionadas foram praticadas, como regra geral, em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.
Conforme descrito na Nota 15, a Companhia é patrocinadora de plano de benefício pós-empregos aos seus empregados junto à Telos.

13.2. Composição e natureza das transações

	2023		2022		2023	2022
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
Claro S.A. [1]	**322.697**	**58.507**	322.501	72.682	**(40.491)**	(57.681)
Tvsat	**245**	**–**	245	901	**(7.861)**	(7.641)
Hitss do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda.	**92**	**13.280**	92	10.807	**(32.007)**	(25.705)
Outros	**329**	**117**	535	2.490	**2.583**	684
	323.363	**71.904**	323.373	86.880	**(77.776)**	(90.343)
Circulante	**323.363**	**65.581**	323.373	71.905		
Não circulante	**–**	**6.323**	–	14.975		

[1] Inclui serviços de valor adicionado prestados e locação de imóveis.

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO
A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 8,9%, (7,91% em 31 de dezembro de 2022) com prazo médio de vencimento de três anos.
A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**16.575**
Adições, líquidas [1]	172
Encargos financeiros	996
Pagamentos	(5.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**12.684**
Adições, líquidas [1]	**3.860**
Encargos financeiros	**1.133**
Pagamentos	**(4.867)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**12.810**
Circulante	**3.859**
Não circulante	**8.951**

[1] Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

continua ★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF3B-2E75-E9C5-BD77.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF3B-2E75-E9C5-BD77.

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

Claro

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2023:

Vencimento das prestações	Valor
2024	4.475
2025	4.809
2026	3.541
2027	1.820
2028	1.015
Posterior a 2028	54
Valores não descontados	15.714
Juros embutidos	(2.904)
Saldo do passivo de arrendamento	12.810

15. PASSIVO ATUARIAL

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, denominado Plano de Contribuição Definida ("PCD"), desde janeiro de 1999.

Os planos requerem que contribuições sejam realizadas à Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social ("Telos"). A Telos, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciários, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 era de R$1.670.708, dividido em 483.231.262 ações, sendo 404.165.477 ações ordinárias e 79.065.785 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Reservas de lucros

a) Reserva legal

A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

b) Ganhos e perdas em transações de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou perda em transação de capital.

c) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu pela reserva de lucros o montante de R$81.653 referente ao lucro do exercício (R$72.426 em 31 de dezembro de 2022).

Resultados

a) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme legislação societária. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R$1.173 (R$731 em 31 de dezembro de 2022).

b) Dividendos intercalares

Em 30 de dezembro de 2023, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intercalares da Companhia, no montante de R$34.503, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial levantado especificamente para tal finalidade com data de 30 de novembro de 2023.

c) Destinação do lucro líquido	2023	2022
Lucro líquido do exercício	123.504	77.007
Constituição de reserva legal	(6.175)	(3.850)
Lucro ajustado	117.329	73.157
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.173)	(731)
Dividendos intercalares	(34.503)	–
Constituição de reserva de lucros	(81.653)	(72.426)
	–	–

17. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA	2023	2022
Receita bruta de serviços	998.594	921.740
Deduções de vendas:		
Tributos	(152.228)	(176.515)
Descontos	(31.827)	(10.877)
Receita operacional, líquida	814.539	734.348

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	2023	2022
Custos dos serviços prestados	(713.657)	(678.577)
Despesas comerciais	(22.645)	(28.706)
Despesas gerais e administrativas	(24.626)	(26.984)
Outras receitas operacionais, líquidas	30.849	35.620
	(730.079)	(698.647)
Remuneração pelo uso de redes/facilidades [1]	(250.870)	(266.965)
Serviços de terceiros	(317.555)	(299.040)
Depreciação e amortização	(123.674)	(102.356)
Mão de obra própria	(57.600)	(55.986)
Locações e aluguéis [2]	(4.138)	(3.519)
Outros	23.758	29.219
	(730.079)	(698.647)

[1] Refere-se principalmente a custo de fibras apagadas da Companhia com a Claro.

[2] Inclui remuneração pelo uso da rede dos serviços de valor adicionado para a Claro.

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas com operações financeiras	13.408	8.569
Variações cambiais, líquidas	757	–
Variações monetárias, líquidas	3	37
	14.168	8.606
Despesas financeiras		
Despesas com operações financeiras e juros	(6.587)	(3.813)
Variações cambiais, líquidas	–	(530)
	(6.587)	(4.343)
	7.581	4.263

20. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2023	2022
Corrente		
Imposto de renda	(16.809)	(5.897)
Contribuição social	(6.186)	(2.184)
	(22.995)	(8.081)
Diferido		
Imposto de renda	(7.357)	(6.009)
Contribuição social	(2.648)	(2.163)
	(10.005)	(8.172)
	(33.000)	(16.253)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	156.504	93.260
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(53.211)	(31.708)
Equivalência patrimonial	21.917	18.121
Adições/exclusões permanentes diversas, líquidas	(1.706)	(2.666)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	(33.000)	(16.253)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(22.995)	(8.081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.005)	(8.172)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(33.000)	(16.253)
Taxa efetiva	-21,1%	-17,4%

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL DE RISCOS

a) Valores estimados de mercado

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.

Para determinação do valor justo do recebimento do ativo a seguir, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

	Classificação	Hierarquia de valor justo	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	(1)	Nível 1	5.725	5.725	5.084	5.084
Contas a receber, líquidas	(2)	Nível 2	89.914	89.914	98.656	98.656
Depósitos e bloqueios judiciais	(1)	Nível 1	3.375	3.375	2.991	2.991
			99.014	99.014	106.731	106.731
Passivo						
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	Nível 2	98.287	98.287	111.283	111.283
Passivo de arrendamento	(2)	Nível 2	12.810	12.810	12.684	12.684
			111.097	111.097	123.967	123.967

[1] Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado;

[2] Custo amortizado.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim apresentados:

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

c) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar		
Cenário I	Dólar - 5%	R$4,5992
Cenário II	Dólar - 25%	R$3,6310
Cenário III	Dólar - 50%	R$2,4207
Risco de alta do dólar		
Cenário I	Dólar + 5%	R$5,0834
Cenário II	Dólar + 25%	R$6,0516
Cenário III	Dólar + 50%	R$7,2620

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras.

		Ganho/(perda)		
Operação	Posição em 31/12/2023	Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US$				
Fornecedores	3.702	185	925	1.851
Total		185	925	1.851
Alta do US$				
Fornecedores	3.702	(185)	(925)	(1.851)
Total		(185)	(925)	(1.851)

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 14 e 22.

e) Gerenciamento de riscos

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez e registradas em balcão, o que reduz seus riscos.

A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.

22. COMPROMISSOS

A Companhia tem compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex* cujos pagamentos são mensais. Os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos para 2024 são de R$22.310.

23. OUTRAS GARANTIAS

A Companhia firmou contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R$7.850 (R$11.202 em 31 de dezembro de 2022).

24. SEGUROS

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R$1.694.455 abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA

José Formoso Martínez – Diretor Presidente

Marcello da Silva Miguel – Diretor Superintendente

José Antônio Guaraldi Félix – Diretor

Roberto Catalão Cardoso – Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino
CRC-PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da
Telmex do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telmex do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O
Hernane Rocha
Contador - SP-253295/O-6

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF3B-2E75-E9C5-BD77.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF3B-2E75-E9C5-BD77.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DF3B-2E75-E9C5-BD77 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DF3B-2E75-E9C5-BD77

Hash do Documento

F411A2B9FBA764D71D4A6DB37870360F0CFBE35ED151210C4BEF264AB995491C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 20/03/2024 00:03 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24